

## ATAS

### **ATA DA 13ª SESSÃO ORDINÁRIA DO 1º PERÍODO LEGISLATIVO DE 2026., DA 39ª CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO, MG.**

Aos dezoito dias do mês de maio de 2026, às 19 horas, na Sala das Sessões Presidente Tancredo Neves, situada à Av. Dr. José de Oliveira Brandão Filho, 445, nesta cidade de São Sebastião do Paraíso, MG, sob a presidência do vereador Lisandro José Monteiro, Vice-Presidente a vereadora Maria Aparecida Cerize Ramos, 2º Vice-Presidente o vereador Juliano Carlos Reis, Secretário o vereador Luiz Benedito de Paula, 2º Secretário o vereador Marcos Antônio Vitorino, com a presença dos ilustres vereadores: Antônio César Picirilo, Daiane Jesus de Oliveira Andrade, Juliano Carlos Reis, Laís Pimenta de Carvalho Sacoda, Marcos Antônio Vitorino e Tomás Salviano Martins, e ausência justificada do vereador Paulo César de Souza realizou-se esta Reunião Ordinária do Poder Legislativo Municipal. Foi convidado a desfraldar o pavilhão nacional o vereador Roney Valdemar de Oliveira Vilaça. Havendo número regimental, o presidente declarou aberta a sessão e convidou o vereador Lisandro José Monteiro para desfraldar o Pavilhão Nacional.

**CORRESPONDÊNCIAS RECEBIDAS:** Foi dada leitura às seguintes correspondências: convite encaminhado pelo 43º Batalhão de Polícia Militar para a Formatura do Curso de Formação de Soldados 2025, a realizar-se no dia 22 de maio de 2026, no Parque José Afonso Junqueira, em Poços de Caldas/MG; relatório mensal do Controle Interno referente ao mês de abril de 2026; convite da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer para a Copa Sudeste de Handebol – Infantil, a realizar-se no período de 26 a 31 de maio de 2026; convite do CISSUL/SAMU para as cerimônias de inauguração das novas bases descentralizadas do SAMU nos municípios de Campestre, Areado e Ibiraci; convite do INPAR para reunião de apresentação do cálculo atuarial do ano-base 2025, a realizar-se no dia 19 de maio de 2026, no Plenário da Câmara Municipal; convite da Assembleia Legislativa de Minas Gerais para o 4º Encontro da Procuradoria da Mulher – Edição 2026, a realizar-se no dia 19 de maio de 2026, em Belo Horizonte/MG; comunicado do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos informando a liberação de recursos de Transferência Especial, oriundos da Emenda Parlamentar nº 202637130009, de autoria do Deputado Marcelo Álvaro Antônio, no valor de R\$ 497.500,00, ao Município de São Sebastião do Paraíso; e correspondência da Câmara dos Deputados, por intermédio da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira, disponibilizando informações relativas às transferências de recursos da União ao município por meio do programa “FISCALIZE”. **INDICAÇÕES:** 033/ACP/2026 de autoria do vereador Antônio Cesar Picirilo, solicitando à Secretaria Municipal competente a realização de

reforma na boca de lobo localizada na rua José Silveira R. Filho com a avenida Manuel Cândido;

**ORDEM DO DIA: NOVOS PROJETOS:** PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 1284, de autoria do Ver. Roney Waldemar de Oliveira Vilaça, “outorga o título de cidadão honorário paraense ao Senhor Ricardo Grillo Cordeiro”. Colocado em votação em plenário, foi aprovado, sendo encaminhado à Comissão de Finanças, Justiça e Legislação. PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 1285, de autoria da Verª Daiane Jesus de Oliveira Andrade, “outorga o título de cidadão honorário paraense ao Bel. João Paulo Vitor Mantuani”. Colocado em votação em plenário, foi aprovado, sendo encaminhado à Comissão de Finanças, Justiça e Legislação. PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 1286, de autoria do Ver. Antônio César Picirilo, “outorga o título de cidadã honorária paraense à Senhora Vera Lúcia de Souza Neto”. Colocado em votação em plenário, foi aprovado, sendo encaminhado à Comissão de Finanças, Justiça e Legislação. PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 1287, de autoria do Ver. Antônio César Picirilo, “outorga o título de cidadã honorária paraense à Senhora Karla Cristina de Souza Pereira”. Colocado em votação em plenário, foi aprovado, sendo encaminhado à Comissão de Finanças, Justiça e Legislação. PROJETO DE LEI Nº 5861, de autoria da Verª Daiane Jesus de Oliveira Andrade, “estabelece diretrizes para o atendimento preferencial às pessoas com fibromialgia no âmbito do Município de São Sebastião do Paraíso”. O projeto tem por objetivo assegurar atendimento preferencial às pessoas diagnosticadas com fibromialgia no âmbito do Município, promovendo maior dignidade, acessibilidade e respeito às necessidades decorrentes dessa condição de saúde, adequando a legislação municipal às normas federais vigentes. Colocado em votação em plenário, foi aprovado, sendo encaminhado às Comissões de Finanças, Justiça e Legislação, Educação e Saúde. PROJETO DE LEI Nº 5862, de autoria do Ver. Tomás Salviano Martins, “denomina o Centro Municipal de Pediatria em construção na Rua Geraldo Marcolini, no antigo pronto socorro, de Centro Municipal de Pediatria Enfermeira Beatriz Fideliz Marques”. Colocado em votação em plenário, foi aprovado, sendo encaminhado à Comissão de Finanças, Justiça e Legislação. O Presidente informou ao Vereador Tomás Salviano Martins que o Projeto de Lei nº 5863 seria retirado de pauta para discussão posterior em grupo acerca da denominação proposta. Desta forma, o PROJETO DE LEI Nº 5863, de autoria do Ver. Tomás Salviano Martins, “denomina o Centro Municipal de Educação Infantil em construção no bairro Veneza, de Centro Municipal de Educação Infantil Professora Juliana Corrêa Lovo”, foi retirado de pauta por decisão da Presidência, não sendo submetido à deliberação plenária. PROJETO DE LEI Nº 5864, de autoria do Ver. Tomás Salviano Martins, “altera a Lei Municipal nº 4.531/18, a fim de estender o benefício do passe livre aos alunos devidamente matriculados em projetos esportivos municipais e dá outras providências”. O projeto visa democratizar o acesso às práticas esportivas no Município, garantindo transporte gratuito aos alunos das escolinhas municipais nos horários de treinamento. Durante a discussão, o Vereador Tomás Salviano Martins destacou que a proposta atende reivindicação antiga das famílias dos alunos participantes das escolinhas esportivas municipais, ressaltando que muitas crianças deixam de frequentar os treinamentos em razão dos custos com transporte. O Vereador Juliano Carlos Reis questionou sobre a responsabilidade do controle do benefício, sendo esclarecido pelo autor que o gerenciamento ficará a cargo da Secretaria Municipal de Esportes. Colocado em votação em plenário, foi aprovado, sendo encaminhado às Comissões de Finanças, Justiça e Legislação e Esporte, Lazer e Cultura. PROJETO DE LEI Nº 5865, de autoria do Ver. Antônio César Picirilo, “dispõe sobre ações de conscientização, prevenção e orientação à população acerca do hantavírus no âmbito do Município, sem geração de novas despesas ao erário”. O projeto tem como finalidade promover conscientização da população

acerca do hantavírus, doença grave transmitida principalmente pelo contato com fezes, urina e saliva de roedores contaminados. Colocado em votação em plenário, foi aprovado, sendo encaminhado às Comissões de Finanças, Justiça e Legislação, Educação e Saúde. PROJETO DE LEI Nº 5866, de autoria do Ver. Juliano Carlos Reis, “altera a Lei Municipal nº 702, de 30 de novembro de 1966, que institui o Código de Posturas do Município de São Sebastião do Paraíso, para dispor sobre a conservação e manutenção de lotes não edificados situados em loteamentos em fase de implantação, comercialização ou consolidação urbana, e dá outras providências”. Durante a discussão, o Vereador Marcos Antônio Vitorino solicitou autorização para assinar conjuntamente o projeto, destacando sua relevância para os moradores dos bairros em expansão. O Vereador Juliano Carlos Reis explicou que a proposta visa atualizar o Código de Posturas para permitir a responsabilização também do empreendedor responsável pelo loteamento, nos casos em que não houver atualização cadastral dos terrenos, evitando problemas relacionados a mato alto, descarte irregular de lixo e proliferação de animais peçonhentos. O Vereador Tomás Salviano Martins relatou situação ocorrida no bairro Village Paraíso envolvendo aparecimento de cascavel em lote vizinho sem identificação do proprietário. Colocado em votação em plenário, foi aprovado, sendo encaminhado às Comissões de Finanças, Justiça e Legislação e Viação e Obras Públicas. **PARECER DAS COMISSÕES:** PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 1281, de autoria do Ver. Roney Waldemar de Oliveira Vilaça, “concede o título de cidadão benemérito paraense ao Cabo BM Guilherme de Faria Tassin”. A Comissão de Finanças, Justiça e Legislação emitiu parecer favorável. Colocado em votação em plenário, o parecer foi aprovado, ficando o projeto em pauta para primeira votação. PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 1282, de autoria do Ver. Marcos Antônio Vitorino, “outorga o título de cidadão honorário paraense ao PRF João Eustáquio Ramos”. A Comissão de Finanças, Justiça e Legislação emitiu parecer favorável. Colocado em votação em plenário, o parecer foi aprovado, ficando o projeto em pauta para primeira votação. PROJETO DE LEI Nº 5857, de autoria do Executivo Municipal, “altera a Lei Municipal nº 5.258, de 17 de junho de 2025, que dispõe sobre a instituição do prêmio ‘Educação em Movimento’, e dá outras providências”. As Comissões de Finanças, Justiça e Legislação e Educação e Saúde emitiram pareceres favoráveis. Colocados em votação em plenário, os pareceres foram aprovados. Pela ordem, a Vereadora Maria Aparecida Cerize Ramos solicitou dispensa de interstício para realização da primeira e segunda votação, sendo o pedido aprovado. Colocado em primeira votação, foi aprovado. Colocado em segunda votação, foi aprovado, sendo encaminhado à sanção. PROJETO DE LEI Nº 5858, de autoria do Executivo Municipal, “autoriza a concessão de repasse financeiro às caixas escolares e abertura de crédito adicional suplementar à dotação do orçamento-programa do Município de São Sebastião do Paraíso para o exercício financeiro de 2026 e dá outras providências”. Considerando a realização de audiência pública, o Presidente consultou o Presidente da Comissão de Finanças, Justiça e Legislação acerca da aptidão da matéria para tramitação. O Vereador Juliano Carlos Reis manifestou-se favoravelmente à tramitação e solicitou dispensa de interstício para realização da primeira e segunda votação. A Comissão de Finanças, Justiça e Legislação emitiu parecer favorável. Colocado em votação em plenário, o parecer foi aprovado. Colocado em votação o pedido de dispensa de interstício formulado pelo Vereador Juliano Carlos Reis, foi aprovado. Colocado em primeira votação, o projeto foi aprovado. Colocado em segunda votação, o projeto foi aprovado, sendo encaminhado à sanção. **PRIMEIRA VOTAÇÃO:** PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 1279, de autoria do Ver. Marcos Antônio Vitorino, “outorga o título de cidadão honorário paraense ao Senhor Sebastião Silva de Carvalho Junior”. Colocado em primeira votação em plenário, foi aprovado,

sendo encaminhado à promulgação. PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 1280, de autoria do Ver. Juliano Carlos Reis, “outorga o título da Ordem do Mérito Municipal ao Senhor Antônio de Paula Frazão”. Colocado em primeira votação em plenário, foi aprovado, sendo encaminhado à promulgação. PROJETO DE LEI Nº 5845, de autoria do Ver. Juliano Carlos Reis, “institui o programa de fiscalização colaborativa do descarte irregular de resíduos no Município de São Sebastião do Paraíso e dá outras providências”. Colocado em primeira votação em plenário, foi aprovado, ficando em pauta para segunda votação. PROJETO DE LEI Nº 5850, de autoria do Ver. Marcos Antônio Vitorino, “dispõe sobre o incentivo à adoção de animais provenientes do Centro de Acolhimento e Bem-Estar Animal em eventos esportivos promovidos pelo Município de São Sebastião do Paraíso e dá outras providências”. Colocado em primeira votação em plenário, foi aprovado, ficando em pauta para segunda votação. PROJETO DE LEI Nº 5851, de autoria do Ver. Marcos Antônio Vitorino, “altera a Lei nº 5.040/23 para incluir dispositivo que tipifica como maus-tratos a manutenção de cães e gatos desacompanhados por período prolongado, em condições que comprometam seu bem-estar, e dá outras providências”. Colocado em primeira votação em plenário, foi aprovado, ficando em pauta para segunda votação. PROJETO DE LEI Nº 5853, de autoria do Ver. Juliano Carlos Reis, “denomina uma via pública ainda sem denominação de Rua Rodolpho Egídio Iene Marcomini”. Colocado em primeira votação em plenário, foi aprovado, sendo encaminhado à sanção. **GRANDE EXPEDIENTE:** Pela ordem, fez uso da palavra o vereador Roney Valdemar de Oliveira Vilaça, que iniciou sua manifestação trazendo uma notícia que classificou como extremamente positiva para a população de São Sebastião do Paraíso. Informou ter recebido ofício encaminhado pela Câmara dos Deputados comunicando que já se encontrava disponível na conta da Prefeitura Municipal o valor de R\$ 400.000,00, proveniente de emenda parlamentar destinada pela deputada federal Delegada Ione Barbosa. O vereador explicou que os recursos serão utilizados na estruturação do futuro Centro de Tratamento e Educação Complementar voltado às crianças neurodivergentes, que funcionará no prédio da antiga Policlínica. Destacou que a confirmação da liberação do recurso ocorreu justamente na ocasião em que a deputada esteve presente no município participando do Seminário Maio Laranja de Combate e Enfrentamento à Pedofilia, ressaltando que, coincidentemente, ou “por providência divina”, conforme afirmou, o valor foi depositado na mesma data da realização do evento. Informou que a deputada imediatamente encaminhou o ofício oficial comunicando a destinação do recurso ao município. Na sequência, o vereador passou a agradecer aos parlamentares que participaram e apoiaram a realização do Seminário Maio Laranja, mencionando nominalmente os vereadores Laís Pimenta de Carvalho Sacoda, Tomás Martins, Luiz Benedito de Paula e Marcos Antônio Vitorino, destacando o apoio recebido em uma causa que classificou como responsabilidade de toda a sociedade. Ressaltou ainda que mesmo os vereadores que não puderam comparecer colaboraram de alguma maneira para a concretização do evento. O vereador fez agradecimento especial aos servidores da Câmara Municipal, ressaltando o empenho e dedicação de toda a equipe na organização do seminário. Solicitou inclusive o encaminhamento de moção de agradecimento aos servidores envolvidos, destacando especialmente o trabalho desempenhado por seu assessor parlamentar, afirmando que exigiu muito de sua equipe durante as semanas de preparação, mas que o resultado final foi extremamente positivo. Ressaltou que o plenário da Câmara permaneceu lotado durante o evento, evidenciando a relevância social do tema abordado. Prosseguindo, afirmou que as palestras e informações apresentadas pelos especialistas convidados agregaram conhecimento importante não apenas aos profissionais da

rede de proteção, gestores públicos e representantes de outras câmaras municipais e conselhos tutelares presentes, mas também aos pais, mães e famílias que participaram em busca de orientação para proteção de seus filhos. Solicitou então a exibição de vídeo resumindo os principais momentos do evento, destacando que as imagens demonstravam claramente o sucesso e a dimensão alcançada pelo seminário. Na sequência, o vereador observou que mobilizar pessoas para participação em eventos dessa natureza não é tarefa simples, razão pela qual afirmou sentir-se extremamente satisfeito ao ver o plenário da Câmara completamente lotado para um evento promovido pela própria Casa Legislativa, tratando de tema tão relevante. Recordou comentário anteriormente feito pelo presidente Lisandro José Monteiro, que teria afirmado que, historicamente, as sessões e reuniões da Câmara costumavam lotar apenas em situações polêmicas ou negativas. Assim, ressaltou a importância de ver o plenário cheio para debate voltado à proteção da infância e enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes. O vereador afirmou acreditar que o sucesso da segunda edição do seminário decorreu também da repercussão positiva obtida pela primeira edição, levando participantes anteriores a convidarem outras pessoas para o evento atual. Ao final de sua manifestação, reiterou os agradecimentos aos servidores da Câmara Municipal e a todos os envolvidos na organização do seminário, destacando que o empenho coletivo foi fundamental para que o projeto saísse do papel e se concretizasse com êxito. Durante a fala do vereador Roney Vilaça, a vereadora Maria Aparecida Cerize Ramos fez aparte, afirmando tratar-se de tema extremamente sensível e que, muitas vezes, parece distante da realidade das famílias, embora esteja presente muito próximo da sociedade e até mesmo dentro do próprio município. A vereadora destacou o trabalho desenvolvido pelo vereador Roney nas escolas, através de palestras e orientações preventivas voltadas à proteção de crianças e adolescentes. A parlamentar afirmou que, se apenas uma criança conseguir ser protegida de um abuso ou trauma em razão das orientações transmitidas durante esse trabalho preventivo, toda a iniciativa já terá valido a pena. Destacou que a violência sexual contra crianças e adolescentes é tema que lhe causa profunda comoção, justamente em razão da vulnerabilidade e inocência das vítimas. Ressaltou ainda os riscos decorrentes de ambientes familiares desestruturados, novos relacionamentos e situações de convivência com padrastos, tios e pessoas próximas que, muitas vezes, acabam envolvidos em casos de abuso. A vereadora elogiou a organização do seminário, destacando a qualidade das palestras, dos materiais gráficos distribuídos, dos banners e de toda a estrutura montada para o evento. Afirmou que os depoimentos e falas dos profissionais especializados impactam profundamente quem acompanha o tema, ressaltando a importância da conscientização e da informação como instrumentos de prevenção. Acrescentou que muitas pessoas, ao ouvirem palestras sobre o assunto, passam a compreender situações de abuso sofridas anteriormente sem sequer terem consciência plena do trauma vivenciado. Finalizando seu aparte, Maria Aparecida Cerize Ramos reafirmou apoio integral ao trabalho desenvolvido pelo vereador Roney Vilaça, colocando-se à disposição para colaborar com futuras iniciativas relacionadas à proteção da infância e adolescência. Ressaltou que ações de orientação e conscientização podem resgatar vítimas, prevenir novos abusos e auxiliar pessoas traumatizadas a buscarem tratamento e superação das marcas deixadas pela violência. Encerrando sua fala, parabenizou novamente o vereador pela organização do seminário e afirmou que a repercussão do evento foi extremamente positiva junto à comunidade. Pela ordem, fez uso da palavra o vereador Tomás Martins, que inicialmente parabenizou o vereador Roney Valdemar de Oliveira Vilaça pela realização do

Seminário Maio Laranja, voltado ao combate e enfrentamento da pedofilia e da violência sexual contra crianças e adolescentes. O vereador destacou a qualidade do evento, afirmando ter ficado especialmente impressionado com a palestra ministrada pela profissional identificada como “TQ”, elogiando sua didática, clareza e capacidade de prender a atenção do público durante a exposição. Ressaltou que é gratificante ver palestrantes preparados e com profundo conhecimento técnico abordando temas tão sensíveis e importantes para a sociedade. O parlamentar afirmou que o evento foi extremamente enriquecedor e manifestou desejo de que novas edições e iniciativas semelhantes continuem sendo promovidas pela Câmara Municipal, dada a relevância do tema tratado e o impacto positivo causado junto à população. Na sequência, o vereador passou a comentar a realização do Festival de Balonismo promovido em São Sebastião do Paraíso, oportunidade em que voltou a parabenizar o prefeito Marcelo de Moraes pela organização do evento, afirmando que o festival já se tornou referência no município e na região. Ressaltou que o evento transformou a cidade na chamada “Capadócia Mineira”, expressão utilizada pelo próprio prefeito em divulgação institucional do festival. Tomás Martins destacou que a edição mais recente superou as anteriores em estrutura, beleza e participação popular, mencionando a presença de aproximadamente dez balões, que deixaram a cidade visualmente mais colorida e proporcionaram momentos de lazer e alegria para a população. Relatou que esteve presente no evento no domingo à tarde, acompanhando inclusive apresentação musical de cover da banda Mamonas Assassinas, ressaltando a animação do público e o ambiente familiar proporcionado pela festa. O vereador afirmou que o município precisa investir não apenas em saúde, segurança e educação, mas também em lazer, cultura e entretenimento, defendendo que eventos dessa natureza fortalecem o convívio social e valorizam a cidade. Destacou ainda que o Festival de Balonismo aparentemente já se consolidou oficialmente no calendário de eventos do município. Na oportunidade, sugeriu que, nas próximas edições do festival, haja participação ainda maior de artistas e bandas locais, especialmente bandas de rock e pagode de São Sebastião do Paraíso, permitindo que músicos da cidade também integrem a programação do evento e tenham oportunidade de se apresentar ao público em festividade de grande porte. Prosseguindo, o vereador comentou que aquele dia havia sido especialmente positivo para o município em razão do anúncio de diversos recursos destinados por parlamentares federais. Citou que os vereadores Marcos Antônio Vitorino, Roney Vilaça e Daiane Jesus de Oliveira Andrade haviam anunciado recentemente importantes conquistas de verbas parlamentares e aproveitou para também comunicar recursos obtidos através de articulação realizada em Brasília. Informou que já se encontravam depositados na conta da Prefeitura Municipal R\$ 100.000,00 destinados à Santa Casa de Misericórdia de São Sebastião do Paraíso, além de outros R\$ 100.000,00 destinados ao CAPS AD III. Acrescentou ainda que havia acabado de receber mensagem confirmando mais R\$ 100.000,00 para a Santa Casa, dependendo apenas do cadastramento do projeto e da documentação necessária no sistema para liberação definitiva do recurso. O vereador explicou que os recursos foram obtidos após reunião realizada com o deputado federal Patrus Ananias, que atendeu aos pedidos formulados por ele em favor das instituições do município. Relatou que, durante a própria sessão, já havia entrado em contato com o Dr. Clécio, representante da Santa Casa, solicitando agilidade no protocolo da documentação necessária para conclusão do processo e efetivação do repasse. Ressaltou a importância de continuar lutando pela obtenção de recursos destinados às instituições de saúde da cidade, considerando o relevante serviço prestado à população. Na sequência, Tomás Martins passou a abordar problema relacionado ao passeio

público localizado em frente à agência do Banco Itaú. Relatou que foi chamado ao local naquele mesmo dia após novo acidente envolvendo pedestres, informando que aquele já seria o quarto caso de queda registrado apenas naquele mês. Solicitou então a exibição de fotografias no telão do plenário, demonstrando as condições precárias do passeio. O vereador afirmou que os buracos existentes no local são profundos a ponto de caber integralmente um pé humano dentro das aberturas existentes no calçamento. Informou que, naquele dia, um senhor tropeçou no local, sofreu queda, ralou o cotovelo e danificou os óculos. Acrescentou ainda que, segundo relatos de comerciantes e moradores da região, na semana anterior uma mãe carregando uma criança no colo também tropeçou e caiu no mesmo passeio após sair do posto de puericultura existente nas proximidades. Diante da gravidade da situação, o parlamentar solicitou que a Prefeitura Municipal notifique formalmente o Banco Itaú para realização imediata dos reparos necessários no passeio público, evitando novos acidentes. Ressaltou que, após visitar pessoalmente o local, constatou que a situação realmente oferece risco iminente à segurança dos pedestres, afirmando que outras pessoas poderão sofrer acidentes caso nenhuma providência seja tomada. Ao final de sua manifestação, o vereador apresentou projeto esportivo relacionado à participação inédita de São Sebastião do Paraíso na Taça das Favelas. Informou que o jovem Rafael, presente no plenário, é o responsável pela organização da equipe que representará o município, especialmente o bairro Belvedere, na competição de alcance nacional apoiada pela TV Globo. Explicou que a equipe paraisense integrará a chave C da competição regional sediada no Triângulo Mineiro, destacando que o primeiro jogo será realizado em São Sebastião do Paraíso. Ressaltou que o projeto possui importante papel social, oferecendo oportunidade esportiva para adolescentes e jovens da cidade. Informou ainda que já vinha mantendo diálogo com o prefeito Marcelo de Moraes para obtenção de espaço adequado para treinamentos da equipe. O vereador elogiou a estrutura organizacional da Taça das Favelas, explicando que a competição fornece uniformes completos, transporte, alimentação e suporte logístico às equipes participantes através de recursos obtidos por leis de incentivo ao esporte. Destacou que o projeto poderá futuramente contemplar categorias sub-17, sub-15 e sub-13, ampliando o alcance social da iniciativa junto à juventude do município. Por fim, Tomás Martins pediu apoio dos demais vereadores para auxiliar o projeto com doações de materiais esportivos, especialmente bolas de futebol, ressaltando que a equipe ainda enfrenta dificuldades estruturais básicas para realização dos treinamentos. Destacou a importância de investir em projetos esportivos voltados à juventude como instrumento de inclusão social, afastamento da criminalidade e fortalecimento do esporte em São Sebastião do Paraíso. Encerrando sua fala, agradeceu aos presentes e desejou boa noite a todos. Pela ordem, fez uso da palavra o vereador Marcos Antônio Vitorino, que iniciou sua manifestação cumprimentando o presidente da Câmara, os nobres pares, as vereadoras, os presentes no plenário e os cidadãos que acompanhavam a sessão pela TV Câmara. Fez cumprimento especial à pastora Ana, ao pastor Cleuso Cris, ao secretário Danilo, ao chefe de gabinete conhecido como “Tupete”, assessores parlamentares e demais participantes da sessão. Na sequência, solicitou o encaminhamento de moção de pesar ao vereador Paulinho Peu, do município de Patrocínio de Minas, em razão do falecimento de sua mãe ocorrido na semana anterior. O vereador destacou possuir amizade e parceria com o parlamentar homenageado, ressaltando que Paulinho frequentemente auxilia cidadãos de São Sebastião do Paraíso quando necessitam de apoio ou encaminhamentos naquele município. Manifestou solidariedade ao colega vereador e aos familiares pela perda sofrida. Prosseguindo, o vereador passou a abordar o tema das emendas parlamentares e da atuação dos

vereadores na busca de recursos para o município. Destacou que frequentemente observa questionamentos da população sobre as viagens realizadas pelos parlamentares a Belo Horizonte e Brasília, razão pela qual fez questão de esclarecer que tais deslocamentos não possuem caráter de passeio, mas sim de trabalho institucional voltado à captação de recursos, projetos e melhorias para São Sebastião do Paraíso. O parlamentar ressaltou que os vereadores vêm obtendo resultados concretos em favor do município, mencionando anúncios recentes realizados pelos colegas vereadores Tomás Martins, Roney Vilaça e Daiane Jesus de Oliveira Andrade. Citou ainda recursos por ele conquistados através do deputado federal Marcelo Álvaro Antônio, além de emendas obtidas por outros parlamentares da Casa junto a diferentes deputados estaduais e federais. Destacou que a atuação parlamentar vai além da atividade legislativa e da fiscalização, incluindo também a busca permanente de investimentos para melhoria da cidade. Marcos Antônio Vitorino afirmou que a atual composição da Câmara Municipal possui característica diferenciada, marcada pelo respeito mútuo entre os parlamentares e pelo reconhecimento público do trabalho desenvolvido por cada vereador. Mencionou comentário anteriormente feito pelo vereador Luiz Benedito de Paula, segundo o qual não é comum em outras casas legislativas haver tantos elogios entre colegas parlamentares, ressaltando que em São Sebastião do Paraíso existe ambiente de união e valorização recíproca. Na sequência, o vereador passou a fazer elogios individuais aos colegas parlamentares, destacando inicialmente o vereador Antônio César Picirilo, a quem se referiu como “mestre”, ressaltando sua experiência e dedicação ao auxílio de pessoas carentes do município. Também elogiou o vereador Tomás Martins, o vereador Roney Vilaça e a vereadora Laís Pimenta de Carvalho Sacoda, afirmando que a chegada desses parlamentares engrandeceu significativamente os trabalhos legislativos da Câmara Municipal. O vereador elogiou ainda o vereador Juliano Carlos Reis, conhecido como “Biju”, destacando sua atuação em defesa da causa animal e os projetos apresentados na área. Em seguida, mencionou o vereador Luiz Benedito de Paula, ressaltando seu trabalho constante em prol da zona rural do município. Também fez elogios ao presidente Lisandro José Monteiro, afirmando que o chefe do Legislativo realiza importante trabalho social muitas vezes desconhecido pela população. Referiu-se ainda à vereadora Maria Aparecida Cerize Ramos, destacando sua atuação na área da saúde, e voltou a elogiar o vereador Roney Vilaça pelo seminário Maio Laranja realizado na Câmara Municipal voltado ao combate à pedofilia. O parlamentar afirmou sentir-se honrado em participar de uma Câmara Municipal tão atuante e participativa, ressaltando que todos os vereadores vêm trabalhando intensamente em busca de melhorias para a cidade. Retomando o tema das emendas parlamentares, afirmou que os recursos anunciados pelos vereadores contemplam áreas diversas, como saúde, infraestrutura, assistência social, combate à pedofilia, castração animal e pavimentação. Reforçou que o papel do vereador inclui legislar, fiscalizar e também manter articulação constante junto aos deputados para obtenção de investimentos ao município. O vereador voltou a parabenizar o vereador Roney Vilaça pela realização do Seminário Maio Laranja, afirmando que o evento abordou tema extremamente importante e impactante. Relatou que precisou deixar o seminário antes do encerramento por estar gripado, mas afirmou ter ficado impressionado com diversas informações apresentadas durante as palestras, destacando a relevância do trabalho desenvolvido no combate à pedofilia em Minas Gerais e em todo o Brasil. Manifestou apoio integral às iniciativas conduzidas pelo vereador Roney relacionadas à proteção da infância e adolescência. Durante a fala do vereador Marcos Antônio Vitorino, a vereadora Laís Pimenta de Carvalho Sacoda fez aparte, ressaltando a importância do reconhecimento público do

trabalho realizado pelos vereadores. A parlamentar afirmou que considera essencial manter união entre os membros da Câmara Municipal e valorizar o trabalho desempenhado por cada colega, entendendo que o fortalecimento coletivo torna o Legislativo mais eficiente e representativo perante a população. A vereadora destacou que realizou somatória aproximada dos valores de emendas parlamentares anunciadas pelos vereadores durante aquela sessão, mencionando recursos obtidos por Roney Vilaça, Marcos Antônio Vitorino, Tomás Martins, Daiane Jesus de Oliveira Andrade, Maria Aparecida Cerize Ramos e por ela própria. Informou ainda ter destinado recentemente emenda de aproximadamente R\$ 97.000,00 para o Lar Pedacinho do Céu, destinada à aquisição de veículo para a instituição, além de recurso de R\$ 300.000,00 obtido junto ao deputado Zé Silva. Afirmou que, somados os valores anunciados pelos parlamentares, a Câmara Municipal já havia contribuído para a destinação de mais de R\$ 3 milhões ao município, sem contar os recursos devolvidos anualmente ao Executivo. Laís Pimenta destacou que a população muitas vezes desconhece o trabalho realizado diariamente pelos vereadores fora das sessões legislativas, criticando a visão equivocada de que parlamentares apenas recebem salários sem produzir resultados concretos. Afirmou sentir orgulho de integrar a atual composição da Câmara Municipal e parabenizou todos os colegas pelo empenho coletivo em favor da cidade. Retomando a palavra, o vereador Marcos Antônio Vitorino agradeceu a lembrança feita pela vereadora Laís acerca dos valores anunciados, reconhecendo que desconhecia parte das emendas mencionadas. Acrescentou ainda que o vereador Juliano Carlos Reis também obteve recursos significativos através do deputado Noraldino Júnior para a causa animal, ressaltando que o montante total de investimentos obtidos pelos vereadores provavelmente supera os valores inicialmente calculados. Na sequência, o vereador Roney Vilaça fez aparte, complementando as informações sobre os recursos obtidos para o município. Informou que o deputado estadual Eduardo Azevedo já havia destinado emenda parlamentar de R\$ 250.000,00 anteriormente e que recentemente também encaminhou resolução liberando mais R\$ 200.000,00, totalizando aproximadamente R\$ 450.000,00 em recursos articulados através de seu mandato. Ressaltou que, somados aos valores anunciados anteriormente, já havia conseguido aproximadamente R\$ 850.000,00 para São Sebastião do Paraíso, reforçando a importância do trabalho de articulação política realizado pelos vereadores junto aos parlamentares estaduais e federais. O vereador Tomás Martins também realizou aparte, destacando que a Câmara Municipal já possui material institucional divulgando projetos aprovados pelos vereadores e sugerindo que o Legislativo também passe a divulgar oficialmente os valores de emendas parlamentares conquistadas pelos vereadores em favor do município. Argumentou que muitas pessoas acreditam equivocadamente que as viagens a Brasília e Belo Horizonte possuem finalidade de lazer, quando na verdade são deslocamentos cansativos destinados à busca de recursos para a cidade. Relatou inclusive ter realizado recentemente viagem de ônibus até Brasília para obtenção de emendas parlamentares destinadas ao município. Encerrando sua manifestação, o vereador Marcos Antônio Vitorino voltou a parabenizar o prefeito Marcelo de Moraes, o vice-prefeito Dr. Daniel, o secretário Vinício Scarano e toda a equipe da administração municipal pelos eventos culturais e festivos realizados recentemente no município, como o Festival de Balonismo, o encontro de motociclistas e a Festa da Congada de Guardinha. Ressaltou que os eventos têm proporcionado lazer, alegria e fortalecimento cultural à população, contribuindo para o crescimento e valorização de São Sebastião do Paraíso. O vereador afirmou que a cidade vem avançando significativamente em diversas áreas, como saúde, educação, cultura e infraestrutura, destacando que esse reconhecimento não parte apenas dos vereadores, mas

também da própria população, que frequentemente manifesta satisfação com o desenvolvimento do município. Ao final, voltou a elogiar o prefeito Marcelo de Moraes, o vice-prefeito Dr. Daniel e os secretários municipais, mencionando nominalmente Lucas, João Paulo da Guarda e Danilo, afirmando que todos vêm desempenhando importante trabalho na administração municipal. Encerrando sua fala, desejou boa noite e boa semana a todos os presentes. Pela ordem, fez uso da palavra o vereador Juliano Carlos Reis, inicialmente retomando explicações já anteriormente apresentadas durante interpelação da vereadora Maria Aparecida Cerize Ramos, para esclarecer novamente sua proposta de inclusão de dispositivo legal destinado à responsabilização e conservação de loteamentos no município de São Sebastião do Paraíso. O vereador afirmou que seu principal objetivo é garantir qualidade de vida à população, especialmente às famílias mais humildes que residem em loteamentos ainda parcialmente ocupados e que convivem diariamente com abandono de terrenos e ausência de manutenção adequada. O parlamentar explicou que a atual legislação municipal apresenta falhas e brechas, especialmente em razão do Código de Posturas do município ainda possuir origem em legislação datada de 1966, necessitando atualização urgente para permitir fiscalização mais eficiente por parte da Vigilância Sanitária e demais órgãos municipais. Ressaltou que a ausência de mecanismos adequados acaba favorecendo omissões de proprietários e possuidores de terrenos, situação que, segundo afirmou, vem ocorrendo em loteamentos como Village Paraíso, Portal dos Ipês e Nascente do Paraíso. Juliano Carlos Reis afirmou que o abandono dos terrenos provoca proliferação de escorpiões, aranhas, ratos, cobras e outros animais peçonhentos, colocando em risco principalmente crianças, idosos e famílias que já residem nesses bairros. Destacou que aproximadamente 30% a 35% do loteamento Village Paraíso já se encontra ocupado por famílias que confiaram no empreendimento e investiram suas economias na construção de suas residências, não sendo justo, segundo afirmou, que essas pessoas permaneçam reféns da falta de responsabilidade de proprietários que adquirem terrenos apenas para valorização imobiliária sem realizar a devida manutenção. O vereador criticou o argumento frequentemente utilizado por alguns proprietários de terrenos, segundo o qual não realizam limpeza por falta de recursos financeiros. Afirmou que tal justificativa não pode se sobrepor ao direito das famílias que convivem diariamente com riscos sanitários e insegurança. Ressaltou ainda que, além da vegetação alta, há agravamento da situação em razão de pessoas que descartam lixo e entulho irregularmente nos terrenos abandonados, contribuindo para aumento dos casos de dengue, proliferação de ratos e degradação ambiental. Na sequência, o vereador destacou que a legislação municipal já prevê procedimento administrativo antes da aplicação de multas, incluindo notificação formal com aviso de recebimento e prazo de quinze dias para regularização da situação ou apresentação de defesa pelo proprietário. Questionou, portanto, por qual motivo muitos proprietários continuam ignorando as notificações e deixando os terrenos abandonados. Prosseguindo, solicitou a exibição de vídeo contendo imagens do loteamento Village Paraíso, afirmando que faz questão de apresentar visualmente as situações denunciadas para demonstrar à população e aos demais vereadores a gravidade do problema enfrentado pelos moradores. Durante a exibição, destacou a existência de ruas praticamente tomadas pela vegetação, terrenos totalmente obstruídos pelo mato, placas de venda escondidas pela vegetação e acúmulo de lixo em diversos pontos do bairro. O parlamentar ressaltou que o único terreno limpo encontrado durante sua vistoria já havia novamente recebido descarte irregular de lixo por terceiros, demonstrando, segundo afirmou, ausência de conscientização de parte da população. Relatou que servidores da Vigilância Sanitária

frequentemente encontram ratos e outros animais ao removerem lixo acumulado nesses locais, expondo inclusive os próprios funcionários públicos a situações de risco durante os trabalhos de limpeza e fiscalização. O vereador explicou que seu projeto também prevê criação de mecanismo de “fiscalização colaborativa”, permitindo que cidadãos encaminhem denúncias diretamente à Prefeitura Municipal, inclusive com identificação de veículos utilizados para descarte irregular de lixo e entulho. Defendeu que o município utilize sanções administrativas para responsabilizar infratores que contribuem para degradação urbana e sanitária dos bairros. Criticou ainda a prática de incêndios provocados em terrenos como forma irregular de limpeza, ressaltando os impactos respiratórios e ambientais causados à população, especialmente crianças e idosos. Juliano Carlos Reis afirmou que o abandono dos loteamentos também vem favorecendo práticas perigosas e desordem urbana. Relatou que motociclistas realizam manobras perigosas, empinam motocicletas e promovem “rallys” em áreas abandonadas, causando perturbação aos moradores em razão do excesso de barulho. Acrescentou ainda que pessoas passaram a utilizar as ruas do loteamento como se fossem espaço improvisado para aulas de direção de carros e motocicletas, muitas vezes conduzidas por pessoas sem habilitação. Diante disso, solicitou o encaminhamento de ofício à Secretaria Municipal de Trânsito para fiscalização das irregularidades relatadas. Na sequência, apresentou vídeo demonstrando situação em que veículo conduzido por pessoa em treinamento quase atingiu poste e invadiu residência no loteamento Village Paraíso. O vereador afirmou que, caso houvesse uma criança próxima ao portão naquele momento, poderia ter ocorrido tragédia grave. O parlamentar ressaltou que moradores já convivem com diversos problemas estruturais, incluindo córrego sem canalização adequada, presença constante de escorpiões e aranhas, e agora também situações de insegurança provocadas pela ausência de fiscalização e organização dos loteamentos. Defendeu que proprietários e possuidores de terrenos sejam obrigados a manter cadastro imobiliário atualizado junto à Prefeitura Municipal para facilitar responsabilizações e notificações. Durante sua fala, houve comentário do vereador Tomás Martins, que relatou ter recebido mensagem de moradora reclamando da existência de mato alto e aparecimento de escorpiões e até mesmo cascavel dentro de residência, reforçando os argumentos apresentados por Juliano Carlos Reis acerca da necessidade de medidas voltadas à melhoria da qualidade de vida da população e combate à omissão dos responsáveis pelos terrenos abandonados. Retomando a palavra, Juliano Carlos Reis afirmou que o Poder Público não pode permanecer omissos diante de situações de risco como as apresentadas, defendendo mecanismos de penalização para pessoas que deixam terrenos abandonados ou contribuem para situações de perigo à coletividade. Na sequência, o vereador passou a abordar outro tema relacionado ao urbanismo e segurança viária, tratando especificamente da situação das caçambas utilizadas para descarte de entulho no município. Explicou que a legislação municipal já prevê obrigatoriedade de sinalização reflexiva nas caçambas, porém muitos equipamentos permanecem sem qualquer tipo de identificação luminosa ou manutenção adequada, colocando motoristas e motociclistas em risco, especialmente no período noturno. Solicitando nova exibição de imagens, apresentou fotografias de acidente envolvendo motociclista que colidiu contra caçamba sem sinalização adequada. Relatou que o local onde ocorreu o acidente apresentava iluminação precária e ausência total de refletivos na caçamba, situação que contribuiu diretamente para a colisão. O vereador destacou que optou por não exibir imagens do estado da vítima por questão ética, mas mostrou fotografias da motocicleta danificada para demonstrar a gravidade do ocorrido. Juliano Carlos Reis afirmou que não pretende impedir o trabalho ou a atividade econômica de

proprietários de caçambas, mas apenas exigir cumprimento mínimo das normas de segurança, especialmente a instalação de faixas refletivas capazes de evitar acidentes. Solicitou então ao setor de urbanismo do município fiscalização das caçambas irregulares e adoção de providências administrativas para garantir cumprimento da legislação vigente. Prosseguindo, o vereador retomou o tema das emendas parlamentares anteriormente debatido na sessão, informando que gostaria de acrescentar à somatória apresentada pela vereadora Laís Pimenta de Carvalho Sacoda o valor de R\$ 2 milhões destinados pelo deputado estadual Noraldino Júnior, através de articulação realizada em conjunto com ele próprio, o vereador Marcos Antônio Vitorino e o prefeito Marcelo de Moraes. Explicou que os recursos serão destinados à construção de novo anexo de saúde no município, fortalecendo especialmente a área pediátrica e ampliando a capacidade de atendimento da rede pública municipal. O vereador ressaltou ainda que, além desses recursos, também vêm sendo obtidas verbas destinadas à castração e vacinação animal. Na sequência, apresentou moção de congratulações à APAE e à Universidade Federal de Lavras – UFLA, especialmente ao curso de Engenharia de Produção, em razão do desenvolvimento de projeto voltado à melhoria da qualidade de vida de crianças com deficiência. Juliano Carlos Reis explicou que sua esposa, Viviane, terapeuta ocupacional da APAE, acompanha paciente chamada Eloá, criança portadora de distrofia muscular que possui grande capacidade cognitiva e desejo de conquistar maior autonomia, especialmente para utilização independente do banheiro. Relatou que, a partir dessa necessidade, foi iniciado projeto artesanal utilizando canos de PVC para construção de equipamento adaptado. Posteriormente, mediante orientação de colega de trabalho identificado como Mauro, a equipe buscou apoio técnico junto ao curso de Engenharia de Produção da UFLA para desenvolvimento adequado do protótipo. O vereador solicitou então a exibição de imagens do protótipo desenvolvido em impressora 3D pelos estudantes e professores da universidade, destacando a sensibilidade e dedicação dos profissionais envolvidos no projeto. Ressaltou que o equipamento poderá transformar a vida de diversas crianças que enfrentam dificuldades semelhantes, promovendo maior autonomia e qualidade de vida. Ao final, reiterou os agradecimentos à APAE, à UFLA, aos professores, estudantes, terapeutas ocupacionais e profissionais envolvidos na iniciativa, encerrando sua manifestação desejando boa noite a todos os presentes. Pela ordem, fez uso da palavra o vereador Luiz Benedito de Paula, que iniciou sua manifestação cumprimentando o presidente da Câmara e todos os presentes. Em seguida, agradeceu a presença do servidor Danilo, representante do Controle Interno e da administração municipal, representando o prefeito Marcelo de Moraes durante a sessão. O vereador passou então a comentar sobre a crescente demanda da população por instalação de redutores de velocidade e lombadas em diversas avenidas e ruas de São Sebastião do Paraíso. Ressaltou que o tema já havia sido debatido inclusive em audiência pública, ocasião em que foi esclarecido que normas do DENATRAN e do CONTRAN impõem restrições para instalação indiscriminada de lombadas e outros redutores físicos de velocidade em vias urbanas. Diante disso, defendeu como alternativa a implantação de radares eletrônicos em pontos estratégicos da cidade, afirmando que muitos motoristas somente reduzem a velocidade quando há efetiva fiscalização e impacto financeiro decorrente de multas. Segundo o vereador, diversas ruas e avenidas do município vêm sendo utilizadas como verdadeiras “pistas de corrida”, em razão da imprudência de alguns condutores. Luiz Benedito de Paula afirmou que, caso fossem instaladas lombadas em todos os locais onde há reclamações de excesso de velocidade, praticamente seria necessário colocar redutores em todos os bairros da cidade. Ressaltou ainda que o grande problema não está

apenas no risco assumido pelos próprios motoristas imprudentes, mas principalmente nos acidentes que acabam atingindo pessoas inocentes. Classificou como absurda a irresponsabilidade de alguns condutores no trânsito local, observando que, mesmo após realização de audiências públicas e debates sobre o tema, o problema continua ocorrendo diariamente no município. Na sequência, o vereador passou a parabenizar o prefeito Marcelo de Moraes, o vice-prefeito e o secretário municipal de Cultura, Vinício Scarano, pela realização do Festival de Balonismo ocorrido durante o final de semana em São Sebastião do Paraíso. Informou ter participado do evento tanto no sábado à tarde quanto no sábado à noite, destacando a expressiva presença popular no local. O parlamentar afirmou ter ficado impressionado com a quantidade de pessoas presentes no chamado “campo”, estimando público entre cinco e seis mil pessoas acompanhando as atividades do festival. Ressaltou que o evento foi um grande sucesso e atraiu visitantes de diversas cidades da região, contribuindo para divulgação positiva do município. Comentou ainda publicação realizada pelo prefeito Marcelo de Moraes nas redes sociais, em que São Sebastião do Paraíso foi chamada de “Capadócia Mineira”, em referência à famosa região da Turquia conhecida mundialmente pelos voos de balão. O vereador observou que Minas Gerais e especialmente São Sebastião do Paraíso vêm se destacando na prática do balonismo, consolidando o município como importante referência na modalidade. Ao final, desejou boa noite a todos, ótima semana e que Deus abençoasse a população paraisense. Na sequência, fez uso da palavra a vereadora Laís Pimenta de Carvalho Sacoda, que informou inicialmente que faria manifestação breve. A parlamentar iniciou sua fala agradecendo à Prefeitura Municipal, ao prefeito Marcelo de Moraes e ao vereador Marcos Antônio Vitorino pelas manifestações anteriores relacionadas à tradicional Festa da Congada do distrito de Gardinha. A vereadora destacou que mais uma edição da festa foi realizada com grande participação popular e excelente organização. Relatou que, embora tenha ocorrido chuva durante o evento, isso não comprometeu o andamento das festividades nem prejudicou a participação da população. Aproveitou para parabenizar a Paróquia Senhor Bom Jesus, do distrito de Gardinha, pela dedicação em manter viva a tradição cultural e religiosa da congada. Laís Pimenta observou que atualmente a manutenção desse tipo de festividade enfrenta dificuldades cada vez maiores, especialmente após restrições relacionadas à realização de bingos beneficentes, que anteriormente auxiliavam financeiramente as paróquias na organização dos eventos. Ressaltou que os custos envolvidos em festas tradicionais de congado são elevados e exigem grande esforço da comunidade e dos organizadores. A vereadora agradeceu à Prefeitura Municipal pelo apoio prestado à realização da festa, contribuindo para que o evento acontecesse de maneira organizada e bem estruturada. Também elogiou a paróquia pela condução da festividade e destacou a participação dos ternos de Congo, afirmando que as apresentações foram brilhantes e emocionantes. Ressaltou ainda que um dos grandes diferenciais da Congada de Gardinha é justamente a participação de ternos vindos de diversas cidades da região, proporcionando intercâmbio cultural e valorização da tradição afro-brasileira. Por fim, agradeceu ao público presente no evento, ressaltando que o distrito de Gardinha sofre carência de eventos culturais e de lazer, razão pela qual é extremamente gratificante ver pessoas de São Sebastião do Paraíso e de outras cidades se deslocando até o distrito para prestigiar a festa. Encerrando sua manifestação, reiterou seus agradecimentos ao prefeito, à Prefeitura Municipal e à Paróquia Senhor Bom Jesus pela realização do evento, desejando boa noite a todos os presentes. Antes do encerramento da sessão, fez uso da palavra o presidente Lisandro José Monteiro, que inicialmente solicitou o encaminhamento de moção de pesar pelo falecimento de antiga cliente de sua família,

senhora Ana Tandinelli Mafrá, conhecida moradora da região do bairro Colina. O presidente manifestou solidariedade à família enlutada, especialmente aos familiares e amigos próximos da senhora Ana, destacando sua convivência de muitos anos com a família. Na sequência, o presidente passou a divulgar a realização do Festival da Cidadania, programado para ocorrer na quarta-feira seguinte, destacando que o evento reuniria representantes de diversos municípios da região. Informou que o encontro seria realizado nas dependências da UEMG/UFLA, agradecendo antecipadamente à diretoria e a toda equipe da instituição pelo apoio e cessão do espaço para realização do evento promovido pelo Parlamento Jovem. O presidente ressaltou que os preparativos vinham sendo conduzidos com grande organização pelos jovens participantes do Parlamento Jovem, demonstrando entusiasmo com a realização do encontro e afirmando ter convicção de que o evento seria um sucesso. Acrescentou que São Sebastião do Paraíso receberia os municípios participantes “de braços abertos”, destacando a importância da integração regional promovida pela iniciativa. Prosseguindo, Lisandro José Monteiro passou a comentar os avanços relacionados à instalação de novos cursos superiores noturnos na UEMG/UFLA, informando que dentro de aproximadamente dois meses seriam iniciadas novas graduações, especialmente na área de Administração de Empresas. Relatou ter participado recentemente de reunião no CISC, ocasião em que foram discutidas medidas necessárias para viabilização do projeto, ressaltando que a expansão universitária já se encontrava em fase bastante avançada. O presidente elogiou o trabalho desenvolvido pelo deputado estadual Noraldino Júnior, a quem se referiu como “Nadinho”, afirmando que o parlamentar cumpriu compromisso anteriormente assumido de apoiar o fortalecimento do ensino superior no município. Ressaltou ainda que as obras e adequações vinham ocorrendo em ritmo acelerado, mencionando que inclusive trabalhadores permaneciam executando serviços aos domingos para garantir a concretização do projeto. Na sequência, Lisandro José Monteiro retomou tema relacionado ao Hospital Gedor Silveira, esclarecendo que o município acompanha atentamente as negociações envolvendo o futuro da instituição. Destacou que, caso a estrutura venha futuramente a ser incorporada pelo município, os antigos servidores não ficarão desamparados. O presidente afirmou publicamente que os trabalhadores terão seus direitos respeitados e garantidos, dispensando inclusive necessidade de recorrer ao sindicato para reivindicar direitos trabalhistas caso a municipalização venha efetivamente a ocorrer. O presidente recordou que a Câmara Municipal atuou fortemente para tentar evitar o fechamento do Hospital Gedor Silveira, realizando audiências públicas, articulações regionais e mobilizações políticas junto ao Governo do Estado. Ressaltou, contudo, que o Estado não demonstrou interesse em manter o hospital funcionando. Ainda assim, garantiu que, se a unidade passar futuramente para gestão municipal, haverá compromisso da administração municipal em honrar os direitos dos trabalhadores que atuaram na instituição ao longo dos anos. Na sequência, o vereador Marcos Antônio Vitorino fez aparte ao presidente, inicialmente abordando a questão do Condomínio Recanto Feliz. O parlamentar questionou como se encontrava o andamento do processo de regularização do local, considerando a atuação histórica do presidente Lisandro José Monteiro na defesa das demandas dos moradores daquele condomínio. Retomando a palavra, o presidente Lisandro José Monteiro informou que toda a documentação necessária já se encontrava praticamente regularizada, incluindo emissão do CCO e demais providências relacionadas à infraestrutura do condomínio. Explicou que faltava apenas conclusão de etapa burocrática interna da própria Prefeitura Municipal, ressaltando o trabalho desempenhado pelo senhor José Francisco, servidor já aposentado que retornou às atividades

especificamente para concluir a regularização do projeto. O presidente informou ainda que os moradores já poderiam, na semana seguinte, procurar a Prefeitura Municipal para obtenção da numeração oficial dos padrões de energia elétrica, possibilitando a instalação definitiva das ligações individuais pela CEMIG. Explicou que a principal dificuldade enfrentada anteriormente dizia respeito justamente à ausência de regularização documental e definição formal da numeração dos imóveis, situação que agora se encontrava solucionada. Na sequência, o vereador Marcos Antônio Vitorino voltou a fazer uso da palavra, destacando que a luta pela regularização do Condomínio Recanto Feliz vinha sendo travada há mais de duas décadas. Recordou reuniões realizadas ainda no mandato anterior, com participação do presidente Lisandro José Monteiro, do vereador Antônio César Picirilo, representantes da CEMIG, moradores do condomínio e empreendedores envolvidos no loteamento. Ressaltou que a Câmara Municipal assumiu protagonismo nas negociações, realizando reuniões semanais e acompanhando diretamente todas as etapas do processo. O vereador afirmou que a chegada definitiva da energia elétrica ao condomínio representa conquista histórica para os moradores, muitos dos quais aguardavam há mais de 25 anos pela regularização da situação. Destacou ainda que a Câmara Municipal vem desempenhando papel fundamental em diversas causas relevantes do município, citando como exemplo a mobilização em defesa do Hospital Gedor Silveira. Marcos Antônio Vitorino ressaltou que o hospital somente permaneceu funcionando por mais alguns anos graças à mobilização promovida pela Câmara Municipal, juntamente com prefeitos da região e vereadores de legislaturas anteriores. Relatou que diversos municípios possuíam pacientes internados na instituição, mas muitos prefeitos que inicialmente assumiram compromisso financeiro para manutenção do hospital deixaram posteriormente de contribuir com os repasses necessários. O vereador afirmou que o Hospital Gedor Silveira possuía déficit mensal aproximado de R\$ 300.000,00, sendo que o município de São Sebastião do Paraíso arcava sozinho com cerca de R\$ 150.000,00 mensais para manutenção da instituição. Ressaltou que muitos municípios, apesar de possuírem pacientes internados no hospital, deixaram de efetuar os pagamentos assumidos, contribuindo diretamente para inviabilização financeira da unidade. Na sequência, o vereador Tomás Martins fez aparte, relatando ter acompanhado recentemente entrevista de renomada psiquiatra e psicanalista, Dra. Lígia, considerada referência nacional e internacional em saúde mental. Segundo o vereador, a especialista afirmou que os transtornos mentais já ultrapassaram o câncer em número de atendimentos e demandas no mundo atual. Tomás Martins relatou ainda que, segundo a especialista, em menos de dez anos haverá necessidade de retorno dos hospitais psiquiátricos de longa permanência, diante da impossibilidade de determinados pacientes viverem sem acompanhamento contínuo em sociedade. Destacou que muitos pacientes não possuem suporte familiar adequado, não conseguem administrar corretamente medicações controladas e apresentam surtos psicóticos graves, situação que, segundo afirmou, demonstra falhas do atual modelo de desinstitucionalização psiquiátrica. Retomando a palavra, Marcos Antônio Vitorino afirmou que diversos pacientes que receberam alta do Hospital Gedor Silveira permaneceram abandonados, sem que familiares ou municípios de origem comparecessem para buscá-los. Relatou também problemas estruturais e administrativos que encontrou durante visitas realizadas ao hospital em anos anteriores, mencionando situações precárias envolvendo pacientes dormindo em condições inadequadas e problemas de gestão já denunciados ao Ministério Público. O vereador destacou, contudo, que apesar das falhas administrativas existentes em períodos anteriores, a nova diretoria vinha tentando reorganizar o hospital. Ainda assim, reiterou

entendimento de que a ausência de apoio financeiro efetivo dos municípios acabou inviabilizando a continuidade da instituição. Ressaltou que muitos prefeitos assumiram compromissos financeiros e posteriormente deixaram de cumprir os pagamentos acordados. Encerrando a discussão, o presidente Lisandro José Monteiro afirmou que acredita que eventual gestão municipal futura da estrutura poderá representar oportunidade de reconstrução do serviço de saúde mental no município. Ressaltou que o município precisa cuidar prioritariamente daquilo que pertence à própria população paraense, defendendo reorganização da assistência local caso o patrimônio venha efetivamente a ser incorporado pela administração municipal. Nada mais havendo a tratar, o presidente declarou encerrada a sessão. E, para constar, eu, Fábio Monitório Souto, Assessor Técnico Parlamentar I, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelos vereadores que compareceram à presente sessão e encaminhada para publicação.

VER LISANDRO JOSÉ MONTEIRO

PRESIDENTE

VER. MARIA APARECIDA CERIZE RAMOS

VICE-PRESIDENTE

VER. JULIANO CARLOS REIS

2º VICE-PRESIDENTE

VER. VER. ANTÔNIO CÉSAR PICIRILO

VER. LAIS PIMENTA DE CARVALHO SACODA

VER. LUIZ BENEDITO DE PAULA

SECRETÁRIO

VER. MARCOS ANTÔNIO VITORINO

2º SECRETÁRIO

VERª. DAIANE JESUS DE OLIVEIRA ANDRADE

VER. RONEY VALDEMAR DE OLIVEIRA VILAÇA

VER. TOMAS SALVIANO MARTINS MARTINS

### **ATA DA 14ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE FINANÇAS, JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO NO ANO DE 2026, DA 39ª CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO, MG.**

Aos doze dias do mês de maio de 2026, às quinze horas, na Sala de reuniões da Câmara Municipal de São Sebastião do Paraíso, situada à Av. Dr. José de Oliveira Brandão Filho, 445, nesta cidade de São Sebastião do Paraíso, MG, sob a presidência do vereador Juliano Carlos Reis e com a presença das vereadoras Laís Pimenta de Carvalho Sacoda e Maria Aparecida Cerize Ramos, membros desta comissão, bem como da vereadora Daiane de Oliveira Andrade, realizou-se a 14ª reunião da Comissão de Finanças, Justiça e Legislação do ano de 2026. Em ata, fica registrado que os servidores técnicos desta Casa têm como prerrogativa acompanhar a reunião, emitir pareceres e opiniões quando solicitado, porém ressalta-se que tais manifestações não são vinculativas. Ademais, enfatiza-se que os vereadores membros desta comissão, tal como previsto no Regimento Interno desta egrégia Casa Legislativa, são os responsáveis exclusivamente por qualquer ato praticado pela Comissão. O Presidente da Comissão, vereador Juliano Carlos Reis, deu boas-vindas aos presentes e iniciou-se a deliberação dos projetos constantes na pauta.

- **PROJETOS LIBERADOS PARA TRAMITAÇÃO:**

Projeto de Lei nº 5857: “altera a Lei Municipal nº 5.258, de 17 de junho de 2025, que dispõe sobre a instituição do prêmio ‘Educação em Movimento’, e dá outras providências”. Autor: Executivo

Municipal. 08/05/2026 - Início. 08/05/2026 - Encaminhado para parecer jurídico (Dra. Raíssa). 08/05/2026 - Anexado parecer jurídico. APROVADO POR UNANIMIDADE DOS MEMBROS Projeto de Lei nº 5858: “autoriza a concessão de repasse financeiro às caixas escolares e abertura de crédito adicional suplementar à dotação do orçamento-programa do Município de São Sebastião do Paraíso para o exercício financeiro de 2026 e dá outras providências”. Autor: Executivo Municipal. 08/05/2026 - Início. 08/05/2026 - Encaminhado para parecer jurídico (Dra. Raíssa). 11/05/2026 - Encaminhado para parecer contábil (Elizangela). 11/05/2026 - Anexado parecer contábil. 12/05/2026 - Anexado parecer jurídico. APROVADO POR UNANIMIDADE DOS MEMBROS Projeto de Resolução nº 1281: “concede o título de cidadão benemérito paraense ao Cabo BM Guilherme de Faria Tassin”. Autor: Ver. Roney Waldemar de Oliveira Vilaça. 04/05/2026 - Início. APROVADO PELO VEREADOR JULIANO CARLOS REIS E MARIA APARECIDA CERIZE RAMOS. Projeto de Resolução nº 1282: “outorga o título de cidadão honorário paraense ao PRF João Eustáquio Ramos”. Autor: Ver. Marcos Antonio Vitorino. APROVADO POR UNANIMIDADE DOS MEMBROS

- PROJETOS EM DELIBERAÇÃO:

Projeto de Lei nº 5856: “dispõe sobre o ressarcimento, pelo agressor, dos custos de atendimento prestado pelo Sistema Único de Saúde (SUS) às vítimas de violência doméstica e familiar no Município de São Sebastião do Paraíso”. Autor: Ver<sup>a</sup>. Laís Pimenta de Carvalho Sacoda. 08/05/2026 - Início. 11/05/2026 - Encaminhado para parecer jurídico (Dr. Cássio). PERMANECE EM DELIBERAÇÃO.

Projeto de Lei nº 5859: “institui, no Município de São Sebastião do Paraíso, a política municipal de proteção aos cães comunitários ‘Lei Cão Doidão’, revoga a Lei Municipal nº 4.792, de 31 de agosto de 2021, e dá outras providências”. Autor: Ver. Juliano Carlos Reis. 08/05/2026 - Início. 11/05/2026 - Encaminhado para parecer jurídico (Dr. Cássio). PERMANECE EM DELIBERAÇÃO.

Projeto de Resolução nº 1283: “altera o artigo 42-A da Resolução nº 538, de 25 de junho de 2004, que dispõe sobre o plano de cargos e carreiras dos servidores da Câmara Municipal de São Sebastião do Paraíso/MG, e dá outras providências”. Autor: Ver. Lisandro Jose Monteiro. 08/05/2026 - Início. 11/05/2026 - Encaminhado para parecer jurídico (Dr. Cássio). PERMANECE EM DELIBERAÇÃO.

Projeto de Lei Complementar nº 104: “altera o art. 119 da Lei Complementar nº 41, de 21 de novembro de 2012, que dispõe sobre o novo regime jurídico único dos servidores públicos do Município de São Sebastião do Paraíso, das autarquias e das fundações municipais”. Autor: Executivo Municipal. 10/04/2026 - Início. 13/04/2026 - Encaminhado para parecer jurídico (Dr. Cássio). 28/04/2026 - Reunião da CFJL com o Sindicato, quando foi protocolado Ofício com

sugestão de emendas. 05/05/2026 - Ofício da CFJL ao Executivo encaminhando sugestões do sindicato e solicitando manifestação, conforme sugestão da Assessoria Jurídica. PERMANECE EM DELIBERAÇÃO.

Projeto de Lei nº 5595: “revoga ‘in totum’ a Lei Municipal nº 4229, de 20 de agosto de 2015, que autoriza o Executivo Municipal a outorgar concessão de direito real de uso de área à Espumaju Indústria e Comércio de Travesseiros Soc. Ltda”. Autor: Executivo Municipal. PERMANECE EM DELIBERAÇÃO.

Projeto de Lei nº 5827: “autoriza a formalização de convênio entre o Município de São Sebastião do Paraíso e a Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento de Minas Gerais - ARISMIG”. Autor: Executivo Municipal. 03/03/2026 - Início. 09/03/2026 - Encaminhado para parecer jurídico (Dr. Cássio). 07/04/2026 - Anexado parecer jurídico. 10/04/2026 - Ofício da CFJL ao Executivo solicitando informações e documentos. PERMANECE EM DELIBERAÇÃO.

Projeto de Lei nº 5839: “autoriza e estabelece diretrizes para que o Município ofereça cursos de formação, atualização, qualificação, capacitação ou aperfeiçoamento funcional aos servidores públicos municipais para fins de promoção e progressão na carreira, e dá outras providências”. Autor: Ver<sup>a</sup>. Daiane Jesus de Oliveira Andrade. 01/04/2026 - Início. 06/04/2026 - Encaminhado para parecer jurídico (Dr. Cássio). PERMANECE EM DELIBERAÇÃO.

Projeto de Lei nº 5849: “dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2027 e dá outras providências”. Autor: Executivo Municipal. 15/04/2026 - Início. 28/04/2026 - Encaminhado para parecer jurídico (Dr. Cássio). 28/04/2026 - Encaminhado para parecer contábil (Elizangela). 11/05/2026 - Anexado parecer jurídico. PERMANECE EM DELIBERAÇÃO.

Projeto de Lei nº 5852: “autoriza a criação e instituição do Programa Municipal de Doação de Bolsa Maternidade Solidária às mães em situação de vulnerabilidade social no âmbito do Município de São Sebastião do Paraíso/MG”. Autor: Ver<sup>a</sup>. Laís Pimenta de Carvalho Sacoda. 22/04/2026 - Início. 28/04/2026 - Encaminhado para parecer jurídico (Dr. Cássio). PERMANECE EM DELIBERAÇÃO.

Projeto de Lei nº 5854: “altera o Anexo II da Lei Municipal nº 3.777, de 06 de julho de 2011, que aprova o vencimento dos servidores ocupantes dos cargos efetivos e dos cargos em comissão da Câmara Municipal de São Sebastião do Paraíso/MG”. Autor: Ver. Lisandro Jose Monteiro. 29/04/2026 - Início. 05/05/2026 - Encaminhado para parecer jurídico (Dr. Cássio). PERMANECE EM DELIBERAÇÃO.

Projeto de Lei nº 5855: “denomina uma via pública ainda sem denominação de Rua Antonio de Sousa Lemos”. Autor: Ver. Marcos Antonio Vitorino. PERMANECE EM DELIBERAÇÃO.

Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 25: “dispõe sobre a reformulação da Lei Orgânica Municipal”. Autor: Vers. Jeronimo Aparecido da Silva/Jose Luiz das Gracas/Lisandro Jose Monteiro/Luiz Benedito de Paula/Marcelo de Moraes/Maria Aparecida Cerize Ramos/Paulo Cesar de Souza/Sergio Aparecido Gomes/Valdir Donizete do Prado/Vinicio Jose Scarano Pedroso. 05/09/2025 - Anexado parecer jurídico (Dra. Raíssa). PERMANECE EM DELIBERAÇÃO.

Projeto de Resolução nº 1235: “dispõe sobre a criação, no âmbito da Procuradoria Especial de Proteção da Criança e do Adolescente, do Programa Legislativo de Educação Digital e Prevenção à Adulterização Precoce e à Sexualização Infantil, institui o Fórum Legislativo de Educação Digital e Proteção da Infância, e dá outras providências”. Autor: Ver. Roney Waldemar de Oliveira Vilaça. 19/08/2025 - Encaminhado para parecer jurídico (Dra. Raíssa). 25/08/2025 - Anexado parecer jurídico. 27/08/2025 - Ofício da CFJL ao autor encaminhando parecer e solicitando manifestação quanto às sugestões de emenda. PERMANECE EM DELIBERAÇÃO.

Nada mais havendo a tratar, o presidente declarou encerrada a reunião, da qual, para constar, lavrou-se a presente ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelos vereadores membros da comissão presentes na reunião.

**VER. JULIANO CARLOS REIS**

**Presidente da Comissão de Finanças, Justiça e Legislação**

**VER<sup>a</sup>. LAÍS PIMENTA DE CARVALHO SACODA**

**Membro**

**VER<sup>a</sup>. MARIA APARECIDA CERIZE RAMOS**

**Membro**

19

**ATA DA 15ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE FINANÇAS, JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO NO ANO DE 2026, DA 39ª CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO, MG.**

Aos dezenove dias do mês de maio de 2026, às quinze horas, na Sala de reuniões da Câmara Municipal de São Sebastião do Paraíso, situada à Av. Dr. José de Oliveira Brandão Filho, 445, nesta cidade de São Sebastião do Paraíso, MG, sob a presidência do vereador Juliano Carlos Reis e com a

presença das vereadoras Laís Pimenta de Carvalho Sacoda e Maria Aparecida Cerize Ramos, membros desta comissão, bem como da vereadora Daiane de Oliveira Andrade, realizou-se a 15ª reunião da Comissão de Finanças, Justiça e Legislação do ano de 2026. Em ata, fica registrado que os servidores técnicos desta Casa têm como prerrogativa acompanhar a reunião, emitir pareceres e opiniões quando solicitado, porém, ressalta-se que tais manifestações não são vinculativas. Ademais, enfatiza-se que os vereadores membros desta comissão, tal como previsto no Regimento Interno desta egrégia Casa Legislativa, são os responsáveis exclusivamente por qualquer ato praticado pela Comissão. O Presidente da Comissão, vereador Juliano Carlos Reis, deu boas-vindas aos presentes e iniciou-se a deliberação dos projetos constantes na pauta.

- PROJETOS LIBERADOS PARA TRAMITAÇÃO:

Projeto de Lei nº 5855: “denomina uma via pública ainda sem denominação de Rua Antônio de Sousa Lemos”. Autor: Ver. Marcos Antônio Vitorino. APROVADO PELO VEREADOR JULIANO CARLOS REIS E MARIA APARECIDA CERIZE RAMOS.

Projeto de Lei nº 5856: “dispõe sobre o ressarcimento, pelo agressor, dos custos de atendimento prestado pelo Sistema Único de Saúde (SUS) às vítimas de violência doméstica e familiar no Município de São Sebastião do Paraíso”. Autor: Ver<sup>a</sup>. Laís Pimenta de Carvalho Sacoda. Início: 08/05/2026. 11/05/2026 - Encaminhado para parecer jurídico (Dr. Cássio). 19/05/2026 - Anexado parecer jurídico. APROVADO PELO VEREADOR JULIANO CARLOS REIS E MARIA APARECIDA CERIZE RAMOS.

Projeto de Lei nº 5859: “institui, no Município de São Sebastião do Paraíso, a política municipal de proteção aos cães comunitários ‘Lei Cão Doidão’, revoga a Lei Municipal nº 4.792, de 31 de agosto de 2021, e dá outras providências”. Autor: Ver. Juliano Carlos Reis. Início: 08/05/2026. 11/05/2026 - Encaminhado para parecer jurídico (Dr. Cássio). 19/05/2026 - Anexado parecer jurídico. APROVADO PELO VEREADOR JULIANO CARLOS REIS E MARIA APARECIDA CERIZE RAMOS.

Projeto de Lei nº 5862: “denomina o Centro Municipal de Pediatria em construção na Rua Geraldo Marcolini, no antigo Pronto Socorro, de Centro Municipal de Pediatria Enfermeira Beatriz Fideliz Marques”. Autor: Ver. Tomás Salviano Martins. Início: 13/05/2026. APROVADO PELO VEREADOR JULIANO CARLOS REIS E MARIA APARECIDA CERIZE RAMOS.

Projeto de Resolução nº 1283: “altera o artigo 42-A da Resolução nº 538, de 25 de junho de 2004, que dispõe sobre o plano de cargos e carreiras dos servidores da Câmara Municipal de São Sebastião do Paraíso/MG, e dá outras providências”. Autor: Ver. Lisandro Jose Monteiro. Início: 08/05/2026. 11/05/2026 - Encaminhado para parecer jurídico (Dr. Cássio). 14/05/2026 - Anexado

parecer jurídico. APROVADO PELO VEREADOR JULIANO CARLOS REIS E MARIA APARECIDA CERIZE RAMOS.

Projeto de Resolução nº 1284: “outorga o título de cidadão honorário paraense ao senhor Ricardo Grillo Cordeiro”. Autor: Ver. Roney Waldemar de Oliveira Vilaça. Início: 13/05/2026. APROVADO PELO VEREADOR JULIANO CARLOS REIS E MARIA APARECIDA CERIZE RAMOS.

Projeto de Resolução nº 1285: “outorga o título de cidadão honorário paraense ao Bel. João Paulo Vitor Mantuani”. Autor: Vereadora Daiane Jesus de Oliveira Andrade. APROVADO PELO VEREADOR JULIANO CARLOS REIS E MARIA APARECIDA CERIZE RAMOS.

Projeto de Resolução nº 1286: “outorga o título de cidadã honorária paraense a senhora Vera Lúcia de Souza Neto”. Autor: Ver. Antônio Cesar Picirilo. APROVADO PELO VEREADOR JULIANO CARLOS REIS E MARIA APARECIDA CERIZE RAMOS.

Projeto de Resolução nº 1287: “outorga o título de cidadã honorária paraense a senhora Karla Cristina de Souza Pereira”. Autor: Ver. Antônio Cesar Picirilo. APROVADO PELO VEREADOR JULIANO CARLOS REIS E MARIA APARECIDA CERIZE RAMOS.

- PROJETOS EM DELIBERAÇÃO:

Projeto de Lei nº 5861: “estabelece diretrizes para o atendimento preferencial às pessoas com fibromialgia no âmbito do Município de São Sebastião do Paraíso”. Autor: Ver<sup>a</sup>. Daiane Jesus de Oliveira Andrade. Início: 12/05/2026. 19/05/2026 - Encaminhado para parecer jurídico (Dr. Cássio). PERMANECE EM DELIBERAÇÃO.

Projeto de Lei nº 5864: “altera a Lei Municipal nº 4.531/18, a fim de estender o benefício do ‘Passe Livre’ aos alunos devidamente matriculados em projetos esportivos municipais e dá outras providências”. Autor: Ver. Tomás Salviano Martins. Início: 13/05/2026. 19/05/2026 - Encaminhado para parecer jurídico (Dr. Cássio). PERMANECE EM DELIBERAÇÃO.

Projeto de Lei nº 5865: “dispõe sobre ações de conscientização, prevenção e orientação à população acerca do hantavírus no âmbito do Município, sem geração de novas despesas ao erário”. Autor: Ver. Antonio Cesar Picirilo. Início: 14/05/2026. 19/05/2026 - Encaminhado para parecer jurídico (Dr. Cássio). PERMANECE EM DELIBERAÇÃO.

Projeto de Lei nº 5866: “altera a Lei Municipal nº 702, de 30 de novembro de 1966, que institui o Código de Posturas do Município de São Sebastião do Paraíso, para dispor sobre a conservação e a manutenção de lotes não edificadas situados em loteamentos em fase de implantação, comercialização ou consolidação urbana, e dá outras providências”. Autor: Ver. Juliano Carlos Reis. Início: 15/05/2026. 19/05/2026 - Encaminhado para parecer jurídico (Dr. Cássio). PERMANECE EM DELIBERAÇÃO.

Projeto de Lei Complementar nº 104: “altera o art. 119 da Lei Complementar nº 41, de 21 de novembro de 2012, que dispõe sobre o novo regime jurídico único dos servidores públicos do Município de São Sebastião do Paraíso, das autarquias e das fundações municipais”. Autor: Executivo Municipal. Início: 10/04/2026. 13/04/2026 - Encaminhado para parecer jurídico (Dr. Cássio). 28/04/2026 - Reunião da CFJL com o Sindicato, quando foi protocolado Ofício com sugestão de emendas. 05/05/2026 - Ofício da CFJL ao Executivo encaminhando sugestões do sindicato e solicitando manifestação, conforme sugestão da Assessoria Jurídica. PERMANECE EM DELIBERAÇÃO.

Projeto de Lei nº 5595: “revoga "in totum" a Lei Municipal nº 4229, de 20 de agosto de 2015, que autoriza o Executivo Municipal a outorgar concessão de direito real de uso de área à Espumaju Indústria e Com. de Travesseiros Soc. Ltda”. Autor: Executivo Municipal. Início: 14/03/2024. 19/03/2024 - Encaminhado para parecer jurídico (Dra. Raíssa). 04/04/2024 - Anexado parecer jurídico. 27/03/2024 - Anexada contestação da empresa ao presente projeto. 18/04/2024 - Ofício ao Executivo solicitando projeto substitutivo. 17/10/2024 - Ofício ao Executivo reiterando o Ofício nº 015/CFJL/2024. 06/02/2025 - Reiterado o envio de ofício ao Secretário de Desenvolvimento e Executivo. 17/02/2025 - Ofício do Executivo, em resposta à solicitação da Comissão. 19/02/2025 - Ofício ao proprietário do imóvel encaminhando novo relatório técnico de vistoria. 03/04/2025 - Solicitação de Ofício ao proprietário solicitando informações. 09/04/2025 - Anexada resposta do proprietário. 24/04/2025 - Solicitada a emissão de parecer contábil referente à resposta da empresa. 11/06/2025 - Ofício à contabilidade da Casa reiterando o pedido de emissão de parecer contábil. 16/06/2025 - Anexado o parecer técnico solicitado à contabilidade. 06/08/2025 - Ofício da CFJL ao Executivo encaminhando documentação apresentada pela empresa Espumaju e solicita reavaliação, seja pela retirada de pauta ou que revogue aqueles cuja finalidade esteja comprovadamente descumprida. PERMANECE EM DELIBERAÇÃO.

Projeto de Lei nº 5827: “autoriza a formalização de convênio entre o Município de São Sebastião do Paraíso e a Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento de Minas Gerais - ARISMIG”. Autor: Executivo Municipal. Início: 03/03/2026. 09/03/2026 - Encaminhado para parecer jurídico (Dr. Cássio). 07/04/2026 - Anexado parecer jurídico. 10/04/2026 - Ofício da CFJL ao Executivo solicitando informações e documentos. 18/05/2026 - Ofício do Executivo em resposta à CFJL. PERMANECE EM DELIBERAÇÃO.

Projeto de Lei nº 5839: “autoriza e estabelece diretrizes para que o Município ofereça cursos de formação, atualização, qualificação, capacitação ou aperfeiçoamento funcional aos servidores públicos municipais para fins de promoção e progressão na carreira, e dá outras providências”. Autor: Ver<sup>a</sup>. Daiane Jesus de Oliveira Andrade. Início: 01/04/2026. 06/04/2026 - Encaminhado para parecer jurídico (Dr. Cássio). 13/05/2026 - A Assessoria Jurídica orientou a autora, extraoficialmente, pela retirada de pauta do projeto, tendo em vista a sua inconstitucionalidade. PERMANECE EM DELIBERAÇÃO.

Projeto de Lei nº 5849: “dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2027 e dá outras providências”. Autor: Executivo Municipal. Início: 15/04/2026. 28/04/2026 - Encaminhado para parecer jurídico (Dr. Cássio). 28/04/2026 - Encaminhado para parecer contábil (Elizangela). 11/05/2026 - Anexado parecer jurídico. PERMANECE EM DELIBERAÇÃO.

Projeto de Lei nº 5852: “autoriza a criação e instituição do Programa Municipal de Doação de Bolsa Maternidade Solidária às mães em situação de vulnerabilidade social no âmbito do Município de São Sebastião do Paraíso/MG”. Autor: Ver<sup>a</sup>. Lais Pimenta de Carvalho Sacoda. Início: 22/04/2026. 28/04/2026 - Encaminhado para parecer jurídico (Dr. Cássio). 13/05/2026 - A Assessoria Jurídica orientou a autora, extraoficialmente, pela retirada de pauta do projeto, tendo em vista a sua inconstitucionalidade. PERMANECE EM DELIBERAÇÃO.

Projeto de Lei nº 5854: “altera o Anexo II da Lei Municipal nº 3.777, de 06 de julho de 2011, que aprova o vencimento dos servidores ocupantes dos cargos efetivos e dos cargos em comissão da Câmara Municipal de São Sebastião do Paraíso/MG”. Autor: Ver. Lisandro Jose Monteiro. Início: 29/04/2026. 05/05/2026 - Encaminhado para parecer jurídico (Dr. Cássio). PERMANECE EM DELIBERAÇÃO.

Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 25: “dispõe sobre a reformulação da Lei Orgânica Municipal”. Autor: Vers. Jeronimo Aparecido da Silva/Jose Luiz das Gracas/Lisandro Jose Monteiro/Luiz Benedito de Paula/Marcelo de Moraes/Maria Aparecida Cerize Ramos/Paulo Cesar de Souza/Sergio Aparecido Gomes/Valdir Donizete do Prado/Vinicio Jose Scarano Pedroso. Início: 18/05/2020. 20/05/2020 - Encaminhado para parecer jurídico. 03/06/2020 - Envio de ofício ao INPAR, Sempre-Sudoeste, Secretarias Municipais e Executivo Municipal, encaminhando cópia do projeto. 12/08/2020 - Ofício às Secretarias Municipais, Executivo, INPAR e vereadores para que, havendo sugestões e objeção, enviem parecer. 09/09/2020 - Aguarda manifestação das demais secretarias. 04/11/2020 - Reiterar ofícios às Secretarias Municipais, INPAR, Executivo e vereadores, os quais não se manifestaram sobre. 07/12/2020 - Anexado sugestões do INPAR. 04/02/2021 - Diligência. 15/04/2021 - Envio de cópia do projeto ao Executivo e ao Ministério Público para análise de sugestões e/ou objeções. 24/03/2022 - Ofício ao Executivo e Procuradoria-

Geral do Município para análise do projeto e indicação de sugestões ou objeções. 06/02/2025 - Encaminhado ofício às comissões permanentes da Câmara e secretarias municipais para que manifestem sugestões ou objeções à proposta. 14/03/2025 - Ofício da Secretaria de Cultura e Turismo em resposta à solicitação da Comissão. 26/05/2025 - Ofício da Procuradoria-geral solicitando agendamento de reunião técnica. 05/09/2025 - Anexado parecer jurídico (Dra. Raíssa). PERMANECE EM DELIBERAÇÃO.

Projeto de Resolução nº 1235: “dispõe sobre a criação, no âmbito da Procuradoria Especial de Proteção da Criança e do Adolescente, do Programa Legislativo de Educação Digital e Prevenção à Adultização Precoce e à Sexualização Infantil, institui o Fórum Legislativo de Educação Digital e Proteção da Infância, e dá outras providências”. Autor: Ver. Roney Waldemar de Oliveira Vilaça. Início: 13/08/2025. 19/08/2025 - Encaminhado para parecer jurídico (Dra. Raíssa). 25/08/2025 - Anexado parecer jurídico. 27/08/2025 - Ofício da CFJL ao autor encaminhando parecer e solicitando manifestação quanto às sugestões de emenda. PERMANECE EM DELIBERAÇÃO. Nada mais havendo a tratar, o presidente declarou encerrada a reunião, da qual, para constar, lavrou-se a presente ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelos vereadores membros da comissão presentes na reunião.

**VER. JULIANO CARLOS REIS**

**Presidente da Comissão de Finanças, Justiça e Legislação**

**VER<sup>a</sup>. LAÍS PIMENTA DE CARVALHO SACODA**

**Membro**

**VER<sup>a</sup>. MARIA APARECIDA CERIZE RAMOS**

**Membro**

**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA ANÁLISE E DEBATE DOS PROJETOS DE LEIS NºS 5836, 5840, 5841, 5842 E 5843, DE AUTORIA DO EXECUTIVO MUNICIPAL.**

Aos onze dias do mês de maio de 2026, às 18:30 horas, na Sala das Sessões Presidente Tancredo Neves, situada à Av. Dr. José de Oliveira Brandão Filho, nº 445, nesta cidade de São Sebastião do Paraíso/MG, sob a presidência do vereador Lisandro José Monteiro; da vice-presidente, vereadora Maria Aparecida Cerize Ramos; do 2º vice-presidente, vereador Juliano Carlos Reis; do secretário, vereador Luiz Benedito de Paula; e do 2º secretário, vereador Marcos Antônio Vitorino, e com a presença dos ilustres vereadores Antônio César Picirilo, Daiane Jesus de Oliveira Andrade, Laís Pimenta de Carvalho Sacoda, Roney Waldemar de Oliveira Vilaça e Tomás Salviano Martins, e com ausência justificada do vereador Paulo César de Souza. Realizou-se esta

audiência pública do Poder Legislativo Municipal para análise e debate dos Projetos de Leis que tratam da abertura de créditos adicionais especiais e suplementares no orçamento-programa do Município para o exercício financeiro de 2026, com recursos vinculados às áreas da cultura e da assistência social. Projeto de Lei Nº 5836, que “Dispõe sobre a abertura de crédito adicional especial no valor de R\$ 533.132,12, destinado à execução de ações culturais vinculadas à Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura – PNAB”. Os recursos serão destinados ao custeio operacional, fomento cultural, contratação de serviços, obras, reformas, aquisição de bens culturais, manutenção de espaços culturais e ações da Política Nacional Cultura Viva. Conforme a justificativa apresentada pelo Executivo, a medida visa garantir suporte orçamentário adequado à implementação das políticas públicas culturais no Município. Projeto de Nº 5840, que “Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 271.000,00, destinado ao reforço de dotações relacionadas aos repasses financeiros oriundos do Fundo Estadual de Assistência Social, especialmente do Piso Mineiro de Assistência Social – PMAS. Os recursos serão utilizados para despesas vinculadas à assistência social, mediante utilização de superávit financeiro apurado no exercício anterior. Projeto de Lei Nº 5841, que “Dispõe sobre a abertura de crédito adicional especial no valor de R\$ 24.569,00, destinado ao Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI. Segundo a exposição de motivos, os recursos são oriundos de transferência do Fundo Nacional de Assistência Social e possuem finalidade específica voltada ao fortalecimento das ações de combate ao trabalho infantil. Projeto de Lei Nº 5842, que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar no valor total de R\$ 3.410.000,00. Os recursos são provenientes de superávit financeiro vinculado ao Fundo Municipal da Criança e do Adolescente – FMCA e ao Fundo Municipal do Idoso – FMDI. A proposta prevê repasses destinados a organizações da sociedade civil que prestam serviços socioassistenciais no Município, voltados à proteção da criança, do adolescente e da pessoa idosa. E, o Projeto de Lei nº 5843, que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 555.000,00, destinado ao Fundo Nacional de Assistência Social. Os recursos decorrem de emendas parlamentares e serão utilizados para apoio a entidades e organizações da sociedade civil que atuam na assistência social no Município, todos de autoria do Executivo Municipal. Conforme informado na justificativa, os valores possuem origem em transferências federais vinculadas à assistência social e demandam adequação orçamentária para execução regular no exercício financeiro de 2026. Estiveram presentes Secretários Municipais e demais participantes, conforme lista de presença anexa. O Presidente Lisandro José Monteiro, declarou aberta a Audiência e informou, que a título de esclarecimento, audiência pública é uma reunião aberta à comunidade, na qual todos são convidados a comparecer, manifestar suas opiniões e ouvir os esclarecimentos prestados por agentes públicos. Em geral, é realizada por comissão técnica, mediante solicitação de representantes políticos ou de entidade interessada, tendo como objetivo instruir matéria legislativa e tratar de assuntos de relevante interesse público. No caso desta audiência pública, estamos cumprindo os dispositivos legais da Lei de Responsabilidade Fiscal, especialmente o art. 48, §1º, que trata da transparência da gestão fiscal, assegurando a participação popular e a realização de audiências públicas nos processos de elaboração e discussão dos planos, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento. Destacou-se, ainda, o cumprimento das diretrizes do Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001), especialmente no que se refere à gestão orçamentária participativa. Inicialmente, o Presidente passou a palavra ao vereador Presidente da Comissão de Finanças, Justiça e Legislação, Juliano Carlos Reis, o qual informou que todos os projetos tinham pareceres favoráveis e que seria

necessário apenas o parecer contábil. Por isso, a Comissão de Finanças deu celeridade aos projetos e realizou as devidas diligências junto ao Executivo, que prontamente apresentou a resposta, permitindo a continuidade dos trabalhos. Após a realização da audiência pública, os projetos estariam aptos para tramitação. O Presidente Lisandro agradeceu ao Secretário Municipal de Cultura e a toda a equipe pelos trabalhos que vêm sendo realizados em relação à Congada e a todos os eventos promovidos, principalmente o evento “O Paraíso Motofest”. Com a palavra, o Secretário Municipal de Cultura, Vinício José Scarano Pedroso, disse que, juntamente com a equipe, estava presente para demonstrar a importância e o reconhecimento que os vereadores lhes concedem. Como Secretário de Cultura e Turismo, afirmou que, todas as vezes em que precisaram da Câmara Municipal, houve empenho e dedicação, sem medir esforços quanto a prazo, tempo, horário ou dia. Ressaltou que as demandas eram agendadas e atendidas de maneira rápida e eficiente. Destacou, ainda, que isso foi muito importante para a Secretaria, pois possibilitaria que o trabalho fosse desenvolvido da forma como vem sendo realizado, buscando constante aprimoramento. Vinício disse que, além da Secretaria, estavam presentes também membros do Conselho de Cultura e representantes do artesanato. Ressaltou que a Lei Aldir Blanc já seria de conhecimento dos vereadores e que este ano de 2026 corresponde ao segundo ciclo do programa. Explicou que se tratava de um recurso estadual destinado ao município anualmente, durante cinco anos consecutivos, com valor superior a meio milhão de reais por ano. Destacou a importância dos recursos para os artistas, formadores de cultura e demais agentes culturais do município, possibilitando que tenham acesso ao benefício de maneira mais facilitada. Informou, ainda, que, após a aprovação da previsão orçamentária pela Câmara Municipal, a Secretaria elaborará o edital, que posteriormente será publicado. Ressaltou, porém, que, para isso, seria fundamental o apoio dos vereadores na aprovação da previsão orçamentária, no valor de R\$ 533.132,12, recursos que seriam destinados ao custeio operacional, fomento cultural, contratação de serviços, obras, reformas, aquisição de bens culturais, manutenção de espaços culturais e ações da Política Nacional Cultura Viva. Vinício agradeceu à Comissão de Finanças pela celeridade na análise do projeto. Destacou, ainda, que, caso houvesse dúvida, tanto ele, na condição de secretário, quanto os membros da Secretaria, do Conselho de Cultura e os artistas estariam à disposição para prestarem esclarecimentos e responderem a eventuais questionamentos. Com a palavra, o vereador Tomás Salviano Martins informou que esteve em Belo Horizonte, participando do congresso da Associação dos Municípios, ocasião em que acompanhou uma palestra específica sobre patrimônio cultural, turismo e a Lei de Incentivo ao esporte. Manifestou preocupação em relação à reforma tributária e destacou que, a partir do próximo ano, o ICMS deixará de existir, sendo substituído pelo Imposto sobre Bens e Serviços – IBS. Segundo ele, isso gerará apreensão quanto aos impactos nos recursos destinados à cultura, ao patrimônio cultural e ao esporte, uma vez que muitos incentivos atualmente estão vinculados à arrecadação do ICMS. Ressaltou que os valores já garantidos estariam assegurados, porém demonstrou preocupação quanto à continuidade dos recursos nos próximos anos. Informou que, após retornar do congresso, passou a estudar mais profundamente a reforma tributária, por entender que ela poderá causar impactos, especialmente para a Secretaria Municipal de Cultura, que realiza importante trabalho de captação de recursos junto ao IEFA e a outros órgãos. Com a palavra, Vinício deu sequência à sua fala e afirmou que a Secretaria de Cultura e Turismo depende muito do ICMS. Ele ressaltou que a pasta não dispõe de muitos orçamentários do município, sendo necessária a utilização das verbas provenientes do ICMS Turismo, do ICMS Cultural e do ICMS Patrimônio Histórico. Diante disso,

destacou a importância do apoio dos vereadores, especialmente no que se refere aos contatos políticos junto ao Estado e à União, os quais podem contribuir. Mencionou que, caso realmente ocorra o encerramento da questão do ICMS a partir do próximo ano, seria necessário buscar, junto aos deputados, principalmente, uma nova forma de vinculação de recursos para a cultura e para o patrimônio, por outra via que não fosse o ICMS. Vinício solicitou ainda que a demanda fosse formalizada, considerando a relevância do cargo ocupado pelos vereadores e os contatos políticos que possuísem junto aos deputados, para auxiliar na substituição dos recursos. Exemplificou que, caso a secretaria deixasse de arrecadar cerca de R\$ 1 milhão por ano provenientes do ICMS, seria necessário buscar outra fonte de financiamento que suprisse a perda. Por fim, sugeriu a elaboração de algum projeto de lei que possibilitasse a substituição de recursos, enfatizando que essa seria uma preocupação importante da Secretaria e que o apoio dos vereadores seria fundamental na questão. Com a palavra, a vereadora Maria Aparecida Cerize Ramos perguntou aos representantes da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo e ao Conselho se havia sido criada alguma forma de facilitar o preenchimento dos editais pelos artistas locais. Relatou que, no passado, alguns artistas enfrentaram dificuldades no preenchimento dos editais, seja pela falta de documentação, seja pela ausência de orientação adequada. Cidinha questionou se atualmente existe algum tipo de instrução, suporte ou acompanhamento para auxiliar os interessados, considerando que muitos artistas desejavam participar, mas acabavam preenchendo os formulários de maneira incorreta, perdendo, assim, a possibilidade de receber os recursos. Ressaltou ainda que, em algumas situações, chegaram a sobrar recursos devido à ausência de inscrições corretamente preenchidas e aptas à contemplação. Vinício Scarano respondeu à vereadora Cidinha que essa seria, de fato, uma preocupação da Secretaria. Informou que foi realizada, na Câmara Municipal, uma ação de orientação voltada aos artistas e agentes culturais, com o objetivo de auxiliá-los no entendimento e no correto preenchimento dos editais. Destacou que a Secretaria de Cultura e Turismo estava promovendo ciclos de minicursos e palestras de orientação, especialmente sobre a interpretação dos editais e a elaboração de projetos de acordo com as exigências estabelecidas. Em seguida, com a palavra, Cinara Soares Caetano Vanoni, representante do Conselho Municipal de Cultura, disse que seguiu todos os critérios do Ministério da Cultura, dentro dos critérios estabelecidos para os valores de cada categoria. Também foi realizada a contratação de uma empresa especializada para operacionalizar os editais, com capacidade técnica para executar o trabalho de forma mais tranquila para todos, além de possuir paridade e competência para a função. Sobre o assunto de assessorar e instruir os artistas, tanto a Secretaria quanto o Conselho já realizaram, na Câmara Municipal, ação da qual constou agradecimento pelo apoio às iniciativas voltadas à Lei Aldir Blanc. Cinara disse que o resultado obtido deixou todos muito satisfeitos, pois muitos artistas e fazedores de cultura que conquistaram premiações, entre eles foliões, congadeiros e artistas merecedores, alcançaram o reconhecimento, e o município conquistou o primeiro lugar na premiação. Com a palavra, o vereador Luiz Benedito de Paula reconheceu o trabalho da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo e, em nome do Secretário Municipal Vinício Scarano, parabenizou toda a equipe e os colaboradores que realmente colaboraram, seja nas Congadas, nas Companhias de Reis e nos eventos. Agradeceu e parabenizou Cinara pelo “Ponto de Cultura” da “Companhia de Reis da Água Limpa”, “Estrela do Oriente”, que, por meio do Ministério da Cultura, conquistou o certificado, tornando-se o segundo ponto de cultura da cidade. Com a palavra, João Bagança, Gerente Administrativo Financeiro da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, explicou que,

teoricamente, desde 2021, a Administração tem realizado ajustes na rubrica contábil e financeira. Ressaltou que a Secretaria Nacional do Tesouro orientou que o recurso remanescente do exercício anterior não constaria no orçamento do ano de 2027, justamente porque ele deveria sair com a chamada “DR2”. Esclareceu que existia a questão “DR”, que indicava a origem e a destinação do recurso, como Fundo Nacional de Assistência Social ou Fundo Estadual, vindo identificada com determinada numeração, como, por exemplo, Fundo Nacional 166. Assim, tornava-se necessário realizar o ajuste contábil para a classificação 266. João destacou ainda que todo o procedimento decorreria da necessidade de rastreamento dos recursos e da correta destinação das verbas, para que, ao final, os recursos fossem aplicados conforme sua origem no orçamento nacional ou estadual, responsáveis pelo repasse dos pisos. Informou que o projeto de lei se tratava de um recurso no valor de R\$ 271.000,00, destinado ao reforço de dotações relacionadas aos repasses financeiros oriundos do Fundo Estadual de Assistência Social. Explicou que o montante correspondia a recurso remanescente não utilizado, a ser recebido até 31 de dezembro de 2025. João explicou que, no início do exercício de 2026, foi realizada a aprovação, junto ao Conselho Municipal de Assistência Social, da utilização dos recursos executados anteriormente e, em seguida, seria feita a repactuação sobre a forma de utilização dos recursos para o exercício vigente. Ressaltou que, especificamente no Fundo Estadual de Assistência Social, ainda não existia a prestação de contas simultânea por meio do sistema BB Ágil, como já ocorria com os recursos do Fundo Nacional de Assistência Social. Explicou que, atualmente, a Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, Marcela Eliane da Silva Arantes, possuía acesso à plataforma “BB Ágil”, na qual realizava semanalmente os lançamentos dos recursos utilizados, mantendo o sistema sempre atualizado e a comunicação imediata das despesas executadas. Destacou que, anteriormente, a prestação de contas referente ao exercício de 2024 era realizada apenas no início de 2026, mas que o procedimento mudou. Agora, conforme os recursos fossem utilizados, os lançamentos já seriam efetuados diretamente no sistema. Citou como exemplo o pagamento da folha salarial com recursos do fundo em janeiro, cuja prestação de contas já era lançada no início de fevereiro, incluindo até mesmo o CPF do servidor beneficiado como forma de pagamento. Segundo ele, o ajuste permitia um acompanhamento mais preciso dos recursos remanescentes ao final do exercício, o que possibilitaria a verificação da correta aplicação e destinação das verbas públicas. Esclareceu ainda que, no caso do recurso do Fundo Estadual de Assistência Social, haveria um saldo remanescente de 271.000,00 ao final do exercício, valor composto pelos recursos recebidos em dezembro e pelo saldo acumulado ao longo do ano. Informou que o montante seria utilizado para o pagamento de benefícios eventuais, contratação de prestadores de serviço e aquisição de materiais de consumo para os CRAS, incluindo lanches e demais itens destinados aos grupos de convivência. João informou que, após definição da gestão e aprovação pelo Conselho Municipal de Assistência Social, estaria sendo proposta, por meio de projeto de lei, a repactuação do recurso. Do total, R\$ 80.000,00 serão destinados à contratação de serviços de terceiros, pessoa jurídica, ou seja, prestadores de serviços com CNPJ. Explicou que, entre os serviços, estão incluídas atividades como as aulas de judô oferecidas pela Secretaria, o sistema de gestão utilizado pela pasta e outras prestações de serviços específicos que possam ser contratadas ao longo do ano. Citou ainda exemplos como locação de brinquedos infláveis para as comemorações do Dia das Crianças e contratação de pipoqueiro. Informou também que o valor de R\$ 191.000,00 seriam destinados à aquisição de material permanente. Segundo ele, a gestão, em conjunto com o Conselho, definiu que parte do recurso seria utilizada para a aquisição de mais um veículo, visando à renovação e à

padronização da frota, além da modernização dos computadores e equipamentos de informática da Secretaria. Em seguida, explicou a utilização de outro recurso, no valor de R\$ 24.569,00, destinado ao Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI. Informou que o programa ficou paralisado durante determinado período em razão da ausência de repasses do Governo Federal, mas que, no final de dezembro, o recurso foi encaminhado ao município. Relatou que, dentro do CRAS, já existia uma profissional responsável pelo atendimento às crianças e adolescentes e que uma das principais demandas identificadas era a necessidade de materiais de apoio. Esclareceu que, embora classificados como material de consumo, tratam-se de materiais impressos, como jornais informativos, cartilhas e outros itens utilizados nas escolas para disseminação de informações. Assim, foi definido pela gestão e pelo Conselho Municipal que o valor de R\$ 24.569,00, seriam destinados à aquisição desses materiais de consumo. João Bugança acrescentou ainda que, provavelmente no mês de junho, deverá ocorrer nova repactuação para recebimento de mais recursos do PETI. Segundo ele, assim como ocorreu com outros pisos de financiamento do Governo Federal, quanto maior for a utilização correta dos recursos e o lançamento das ações na plataforma governamental, maiores tendem a ser os valores repassados futuramente, conforme o aumento dos índices de atendimento do município. Prosseguiu explicando que o outro projeto, de maior valor, refere-se ao montante de R\$ 3.410.000,00, oriundo de destinações fiscais realizadas no âmbito dos Conselhos da Criança e do Idoso. Explicou que esses conselhos de direitos possuem a peculiaridade de deliberar, durante suas plenárias e com base no diagnóstico socioassistencial elaborado pela secretaria, sobre a destinação e a aplicação desses recursos. Ressaltou que a orientação do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) seria priorizar o subsídio às ações desenvolvidas pelas organizações da sociedade civil, promovendo o repasse de recursos para entidades que atuam em áreas nas quais o poder público não consegue atender integralmente à demanda. Citou como exemplo o Lar Pedacinho do Céu, o SOS e outras organizações devidamente inscritas nos Conselhos da Criança e do Idoso. Explicou que, no caso do Conselho da Criança, todo o processo foi realizado no âmbito do próprio conselho, incluindo a elaboração do plano de aplicação dos recursos para o exercício, permitindo posteriormente a repactuação e utilização dos valores. Informou que o plano de aplicação do Conselho da Criança foi direcionado integralmente ao repasse de recursos para organizações da sociedade civil. Assim, o valor de R\$ 1.350.000,00 seria destinado à ficha de contribuições, por meio de chamamento público. Destacou ainda que as diretrizes do chamamento já foram definidas em resolução do conselho, juntamente com o plano de aplicação dos recursos. Acrescentou, na condição de atual presidente do Conselho da Criança, que poderão concorrer aos recursos as instituições sediadas no município, devidamente inscritas e regulares junto ao conselho. Em relação ao Conselho do Idoso, explicou que a dinâmica seria semelhante. Informou que foi deliberado o valor de R\$ 1.150.000,00 para repasse às organizações que prestam serviços especializados à população idosa. Segundo ele, no município, há um número menor de entidades habilitadas para esse atendimento, citando o Asilo, a ACA e a Chácara Pedacinho do Céu, todas devidamente certificadas e regulares, exercendo um papel complementar ao atendimento que o poder público não consegue alcançar integralmente. Esclareceu ainda que os R\$ 1.150.000,00 serão destinados a essas ações de repasse. Além disso, informou que foram deliberados R\$ 60.000,00 para aquisição de material de consumo e R\$ 850.000,00 para material permanente. Segundo o secretário, tanto os R\$ 60.000,00 quanto os R\$ 850.000,00 foram propostos e deliberados no âmbito do Conselho do Idoso, como forma de auxílio e fomento para Poder Executivo na montagem de um novo equipamento público

especializado no atendimento ao idoso. Com a proposta de funcionar como um centro de convivência do idoso, onde o idoso poderá permanecer durante o dia, participando de grupos de convivência, rodas de conversa, atividades de artesanato, momentos de descanso, capacitações e de uma gama de serviços prestados especificamente para o idoso. João disse que, em outras oportunidades, o conselho já havia deliberado favoravelmente pela implantação de outros equipamentos semelhantes e, nesta gestão, em que há alternância na presidência, a atual presidente, Eliane Ramos, servidora efetiva da secretaria, recebeu a demanda, apresentou-a ao conselho e obteve aprovação. Assim, o conselho deliberou pela destinação de pouco mais de R\$ 900.000,00 para o custeio tanto da aquisição dos materiais permanentes, que serão devidamente licitados conforme a legislação vigente, quanto dos materiais de consumo necessários para o início das atividades. Entende-se que a implantação de projetos dentro da prefeitura seria relativamente simples, contudo, a manutenção exige planejamento. Ao abrir um espaço dessa natureza, foi estimado, no planejamento interno, o atendimento inicial de 60 pessoas por dia. No entanto, nada impede que a quantidade dobre após o início das atividades. A estimativa foi baseada nos números atualmente disponíveis, mas acredita-se que a demanda aumentará ao longo do primeiro ano. João concluiu abordando o último projeto, referente às emendas parlamentares, no valor total de R\$ R\$ 555.000,00. Explicou que parte do montante, correspondente a R\$ 260.000,00, seria de uma emenda parlamentar do Deputado Federal Emidinho Madeira, recebida no dia 26 de dezembro. Por esse motivo, embora o recurso fosse referente ao exercício de 2025, tornou-se necessária a repactuação para sua utilização no exercício seguinte. Informou ainda que o recurso já chegou com destinação previamente definida para seis organizações do município, destinação voltada ao atendimento de Organizações da Sociedade Civil que desempenham relevantes atividades de interesse público na área da assistência social. Entre as entidades beneficiadas estão, a Obra do Berço Santa Teresa, o SOS, a AMA, o Lar Pedacinho do Céu e a Associação Feminina Obreiras do Bem. Explicou que outro valor, de R\$ 295.000,00, referia-se a duas emendas recebidas em 2021, destinadas ao Fundo Municipal de Assistência Social. Explicou que 2021 foi, teoricamente, o auge da pandemia, período em que houve o envio de diversas emendas parlamentares, especialmente após o início das chamadas “emendas Pix”, oriundas da Secretaria Nacional do Tesouro. Os recursos foram destinados à Secretaria de Desenvolvimento Social, vinculados ao Fundo Municipal de Assistência Social, acompanhado de ofício do deputado, sugerindo a destinação dos valores. No entanto, a orientação do Fundo Nacional divergia da indicação feita pelos parlamentares, impedindo que os recursos fossem repassados da forma inicialmente sugerida, já que não havia detalhamento formal no espelho da emenda. Trata-se de uma modalidade diferenciada de emenda, em que os recursos são transferidos acompanhados apenas do ofício do parlamentar indicando sua destinação. Dessa forma, os recursos permaneceram em processo de análise e troca de informações junto ao Fundo Nacional durante aproximadamente quatro anos. Inclusive, representantes da gestão participaram de simpósios e reuniões técnicas promovidas pelo Fundo Nacional, como o evento realizado anualmente em Belo Horizonte, buscando orientações sobre a correta aplicação desses valores. João disse que somente a partir do ano de 2025 foram definidas orientações técnicas sobre a utilização dos recursos. Segundo o Fundo Nacional, os valores deveriam ser aplicados em ações vinculadas ao Conselho Municipal de Assistência Social. Nesse contexto, foi possível repactuar as emendas junto ao Fundo Nacional, incluindo também os rendimentos obtidos no período, que somariam aproximadamente R\$ 95.000,00. Após a repactuação, o Conselho Municipal de Assistência Social deliberou que os

recursos fossem destinados à aquisição de materiais de consumo para utilização no âmbito da Secretaria, dos CRAS e das atividades relacionadas ao Cadastro Único. Considerando as necessidades atuais da rede assistencial, definiu-se que os recursos seriam aplicados principalmente na aquisição de materiais de consumo de uso contínuo, como papel, tinta, pincéis, materiais para oficinas, lanches e demais itens necessários às atividades desenvolvidas nos CRAS e demais equipamentos da assistência social. Embora existisse a diretriz de redução do uso de papel na administração pública, o Cadastro Único possuía exigências específicas que demandavam grande volume de documentação física e arquivamento. Assim, os recursos seriam investidos diretamente na estruturação e manutenção da rede socioassistencial já existente. Portanto, seriam utilizadas as licitações vigentes, que já contemplam materiais de consumo, alimentação e demais itens necessários, garantindo regularidade e conformidade com a legislação. Informou-se que a previsão seria de que 100% desses recursos seriam utilizados em materiais de consumo ao longo do exercício de 2026. Ele destacou que toda a repactuação, excetuando-se os recursos dos Conselhos da Criança e do Idoso, que possuem deliberação própria no âmbito dos respectivos conselhos de direitos, foi realizada por meio do Conselho Municipal de Assistência Social, viabilizando a elaboração dos respectivos projetos de lei. Além disso, manteve-se o compromisso com a transparência e a participação democrática, motivo pelo qual os temas são apresentados em audiência pública. Eventuais sugestões, apontamentos ou necessidades identificadas pela população poderão ser levados ao conselho para análise, uma vez que as propostas não são engessadas e podem ser ajustadas conforme a necessidade. Com a palavra, a vereadora Cidinha agradeceu ao João Bugança pela explanação clara, direta e objetiva sobre a utilização dos recursos públicos. Cidinha também reforçou a importância da destinação de parte do Imposto de Renda aos fundos da criança e do idoso, lembrando que o prazo para declaração ainda estava em andamento. Destacou que os recursos retornaram ao município de São Sebastião do Paraíso, beneficiando diretamente a população local. Relatou, inclusive, ter buscado informações sobre a possibilidade de dividir a destinação entre os dois fundos, afirmando que pretende direcionar parte do valor de sua própria declaração para essas finalidades, a fim de contribuir para a continuidade das ações desenvolvidas. Segundo Cidinha, a demanda da assistência social seria permanente e crescente, razão pela qual os recursos seriam fundamentais. Ressaltou ainda que, ao serem destinados aos fundos municipais, os valores deixariam de retornar ao Governo Federal e permaneceriam no município, fortalecendo as políticas públicas locais. Cidinha também parabenizou a Secretaria de Desenvolvimento Social pela estruturação alcançada e pelo fortalecimento da equipe técnica. Por fim, reconheceu o trabalho desenvolvido pela secretaria e pelos conselhos municipais, afirmando que iria reforçar, em suas campanhas e meios de comunicação, a divulgação da importância das destinações. Também incentivou os demais vereadores a utilizarem seus canais de comunicação para fortalecer e divulgar o trabalho dos conselhos, que, segundo ela, vinha desempenhando papel relevante no município. Com a palavra, o vereador Marcos Antônio Vitorino, manifestou satisfação ao ouvir sobre a implantação do Centro de Convivência do Idoso (CCI), destacando que a iniciativa vinha sendo defendida há bastante tempo por ele e por outros vereadores da Casa, sempre como sugestão ao Poder Executivo e à Secretaria de Ação Social. Segundo ele, o Centro de Convivência do Idoso representa uma importante alternativa para auxiliar as famílias e também contribuir para a redução da demanda enfrentada pelas instituições de acolhimento de longa permanência, como o asilo. Recordou que, em diversas ocasiões, foram apresentados exemplos de municípios onde os idosos

permaneciam durante o dia em espaços adequados, recebendo alimentação, cuidados e acompanhamento, enquanto seus familiares podiam trabalhar e realizar suas atividades diárias, retornando ao convívio familiar ao final do dia. O vereador ressaltou que a futura implantação do espaço, também comparado por ele a uma espécie de “Creche do Idoso”, teria grande relevância para o município. Relatou, inclusive, visita ao asilo, ocasião em que foi informado sobre a extensa fila de espera, com aproximadamente 70 pessoas aguardando atendimento. Na avaliação do vereador, grande parte da necessidade decorre das dificuldades enfrentadas pelas famílias, que precisam trabalhar e cuidar de suas responsabilidades, mas muitas vezes não dispõem de condições para oferecer acompanhamento integral ao idoso durante o dia. Em resposta, João destacou que, em muitos casos, a família deseja manter o idoso em casa, preservando o convívio familiar, mas não consegue oferecer a atenção necessária em tempo integral. Segundo ele, o Centro de Convivência do Idoso contribuiria tanto para desafogar o asilo quanto para ampliar a rede de atendimento. Acrescentou ainda que a expectativa inicial de atendimento diário poderá crescer rapidamente diante da demanda existente. Na sequência, Marcos enfatizou o aspecto emocional envolvido na decisão de encaminhar um familiar para uma instituição de acolhimento, destacando o desconforto vivido pelas famílias na situação. Relatou o caso de uma família com a qual conversou em que o próprio idoso manifestou o desejo de ingressar na instituição, enquanto os filhos eram contrários à decisão. Segundo Marcos, muitas vezes o idoso procura aliviar o sentimento de culpa dos familiares, embora estes também enfrentem dificuldades para conciliar a vida pessoal, o trabalho e os cuidados permanentes exigidos. Marcos reforçou que a existência de um local adequado para acolhimento diurno permitiria que o idoso permanecesse com a família, mantendo o convívio afetivo diário, mas recebendo durante o dia o suporte necessário. Para ele, a iniciativa beneficiaria as famílias, os idosos e as instituições atualmente sobrecarregadas. Ao final, parabenizou João pela iniciativa, colocou-se à disposição para colaborar no que fosse necessário e relembrou que, em 2023 ou 2024, por meio do Deputado Federal Stefano Aguiar, conseguiu uma emenda destinada à assistência social. Também afirmou que buscaria novos recursos para contribuir com a implantação e fortalecimento do Centro de Convivência do Idoso, visando garantir uma estrutura digna para atendimento da população idosa do município. Com a palavra, o vereador Tomás Martins também se manifestou, elogiando o trabalho desenvolvido por João Bugança e afirmando que a implantação do Centro de Convivência do Idoso foi uma das melhores notícias recebidas recentemente pelo Legislativo. Comentou que havia lido uma reportagem sobre iniciativas semelhantes e destacou a importância de um espaço voltado para que os idosos possam permanecer durante o dia, convivendo socialmente e recebendo acompanhamento adequado. Segundo Tomás, trata-se de uma iniciativa “espetacular”, capaz de trazer grande impacto positivo para as famílias e para o município. Ele afirmou que a notícia trouxe entusiasmo e satisfação aos vereadores, colocando-se, assim como os demais vereadores, à disposição para buscar apoio e recursos destinados ao fortalecimento do projeto. Ressaltou que, além de contribuir para desafogar o asilo, o Centro de Convivência do Idoso também representaria o cumprimento das garantias previstas no Estatuto do Idoso. Tomás destacou ainda as dificuldades enfrentadas pelas famílias que precisam deixar os idosos sozinhos durante o dia ou sob os cuidados de terceiros. Mencionou, inclusive, que já houve relatos de maus-tratos praticados por cuidadores, reforçando a relevância de um espaço estruturado, seguro e acolhedor para atendimento da população idosa. Ao final, parabenizou João Bugança pela explanação, que classificou como categórica e esclarecedora, e também elogiou toda a equipe da Secretaria de

Desenvolvimento Social pelo trabalho desenvolvido. Prosseguindo, o vereador Roney solicitou que João Bugança esclarecesse um ponto relacionado aos recursos destinados às entidades, questionando se os valores distribuídos neste ano seriam provenientes das destinações do Imposto de Renda realizadas no ano anterior e se os recursos arrecadados neste exercício somente estariam disponíveis para utilização em 2027. Em resposta, João explicou que tanto as pessoas jurídicas quanto as pessoas físicas realizavam destinações ao longo de todo o exercício financeiro. Segundo ele, as empresas enquadradas no lucro real e os maiores destinadores costumam realizar aportes durante todo o ano, enquanto as pessoas físicas concentram as destinações principalmente no período de ajuste anual do Imposto de Renda. Esclareceu ainda que o prazo final para a declaração costuma ocorrer no fim de maio e que os valores destinados pelas pessoas físicas passariam a ser efetivamente repassados ao município nos meses seguintes, geralmente em junho ou julho. Informou que, tradicionalmente, ingressam nesse período aproximadamente R\$ 400.000,00, para o Fundo da Criança e valor ainda superior para o Fundo do Idoso. João Bugança ressaltou que os recursos atualmente em processo de repactuação referem-se a valores já repassados anteriormente, embora vinculados ao ajuste realizado neste ano. Como esses recursos ingressaram nos cofres públicos até 31 de dezembro de 2025, foi necessário repactuá-los dentro do orçamento vigente. Explicou também que as previsões orçamentárias seriam feitas com base na média de arrecadação observada no mesmo período dos exercícios anteriores, especialmente considerando as destinações feitas pelas pessoas físicas durante o ajuste anual do Imposto de Renda. Durante a explanação, destacou a importância desse mecanismo, lembrando que parte do imposto que seria destinado ao Governo Federal permanece no município, podendo ser aplicada diretamente em projetos sociais locais, especialmente por meio dos fundos da criança e do idoso. João informou ainda que a administração realiza chamamentos públicos específicos para que apenas organizações sediadas no município possam participar da distribuição desses recursos. Segundo ele, a medida busca fortalecer as entidades locais e evitar que organizações externas captem recursos destinados ao município. Relatou, inclusive, que instituições de outras cidades frequentemente procuram o município com interesse em captar esses recursos, mas reforçou que a prioridade da gestão seria fortalecer as organizações locais. Por fim, explicou que novos recursos provenientes das destinações do Imposto de Renda deverão ingressar nos próximos meses e que, caso haja necessidade, poderá ser encaminhado novo projeto de suplementação orçamentária para permitir nova distribuição e aplicação desses valores. Ressaltou, entretanto, que os recursos atualmente discutidos correspondem aos valores efetivamente recebidos até 31 de dezembro e que, por isso, precisariam ser formalmente repactuados. Com a palavra, Roney destacou que haveria grande expectativa para o próximo ano em razão da aprovação da Resolução nº 1217, que “Cria os Selos “Profissional Contábil Amigo da Criança e do Idoso” e “Empresa Amiga da Criança e do Idoso”. Segundo ele, a iniciativa teria como objetivo fomentar as destinações de recursos por meio do Imposto de Renda aos fundos municipais. Roney lembrou que foram apresentados dados demonstrando o grande potencial de crescimento da arrecadação destinada aos fundos municipais. Conforme mencionado, atualmente o município atinge cerca de 10% da capacidade total de arrecadação possível, havendo expectativa de ampliação dos recursos, podendo alcançar até nove vezes o valor atualmente arrecadado. Destacou ainda que, se os recursos atuais já produzem impacto relevante nas entidades e projetos sociais do município, um aumento dessa proporção poderá contribuir diretamente para o equilíbrio financeiro de instituições que hoje

enfrentam dificuldades, além de possibilitar a criação de novos projetos sociais. O vereador também comentou que já havia solicitado apoio das próprias instituições para fortalecer a divulgação das campanhas de destinação do Imposto de Renda, utilizando redes sociais e canais de comunicação, a fim de ampliar a conscientização da população e aumentar a arrecadação dos fundos municipais. Na sequência, Roney, questionou João Bugança sobre a definição do local onde funcionará o futuro Centro de Convivência do Idoso. Em resposta, João explicou que, inicialmente, havia sido planejada a instalação do equipamento em um imóvel próximo à Secretaria de Saúde, onde funcionariam conjuntamente um equipamento da saúde e o Centro de Convivência do Idoso. Informou, inclusive, que já haviam sido realizados contatos prévios com o proprietário do imóvel, que demonstrou disposição em executar as adequações necessárias de acessibilidade. Contudo, segundo João, surgiu posteriormente a possibilidade de utilização do imóvel conhecido como “Gedor Silveira”, caso a prefeitura conseguisse assumir oficialmente o espaço. Diante dessa possibilidade, a administração passou a avaliar a instalação do Centro de Convivência nesse local, especialmente porque a estrutura já possuía diversas adaptações de acessibilidade. Apesar disso, a definição do imóvel ainda dependeria de questões jurídicas relacionadas à eventual cessão ou assunção do espaço pela prefeitura. João Bugança informou que a administração já se encontrava em fase final de preparação da licitação dos materiais permanentes necessários para implantação do projeto, incluindo camas, poltronas, televisores, equipamentos de cozinha e demais itens estruturais. Esclareceu ainda que os quantitativos dos equipamentos e materiais já estariam sendo planejados com base na estimativa de atendimento, independentemente do imóvel definitivo escolhido. João acrescentou que o prefeito também demonstrou disposição para investir nas adaptações necessárias no imóvel do Gedor Silveira, caso a utilização do espaço fosse confirmada. Informou ainda que equipes da administração já estudam questões relacionadas à mobilidade urbana e ao acesso ao local, incluindo possíveis adequações nas linhas de transporte, para garantir a funcionalidade da futura unidade. Por fim, destacou que, caso a utilização do imóvel do Gedor Silveira não se concretizasse, o projeto seria implantado no imóvel inicialmente previsto, próximo à Secretaria Municipal de Saúde. Segundo ele, a expectativa da administração seria aproveitar a estrutura disponível e direcionar investimentos para transformar o espaço em um equipamento público moderno e adequado ao atendimento ao idoso. Nada mais havendo a tratar, o Presidente declarou encerrada a audiência pública. E, para constar, eu, Kellen de Paula, Assistente Legislativo III, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelos vereadores que compareceram à presente audiência e encaminhada para publicação.

**VER. LISANDRO J. MONTEIRO****VER<sup>a</sup>. MARIA AP. C. RAMOS****PRESIDENTE****VICE-PRESIDENTE****VER. LUIZ BBENEDITO DE PAULA****VER. ANTÔNIO C. PICIRILO****SECRETÁRIO****VER<sup>a</sup>. DAIANE JESUS O. ANDRADE****VER. JULIANO CARLOS REIS****VER<sup>a</sup>. LAÍS P. C. SACODA****VER. MARCOS A. VITORINO****VER. RONEY W. O. VILAÇA****VER. TOMÁS S. MARTINS**

## RESOLUÇÕES

RESOLUÇÃO Nº 1218, DE 25/05/2026  
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 1281

**CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃO BENEMÉRITO PARAISENSE AO CABO BM  
GUILHERME DE FARIA TASSIN.**

A Câmara Municipal de São Sebastião do Paraíso aprova, e seu Presidente promulga a seguinte Resolução:

**Art. 1º** Fica concedido o Título de Cidadão Benemérito Paraisense ao Cabo BM Guilherme de Faria Tassin.

**Art. 2º** A outorga da honraria prevista no art. 1º dar-se-á em reunião solene, especialmente convocada para esse fim.

**Art. 3º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São Sebastião do Paraíso/MG, 25 de maio de 2026.

AUTOR: VER. RONEY WALDEMAR DE OLIVEIRA VILACA

VER. PRESIDENTE LISANDRO JOSÉ MONTEIRO / VICE.PRESIDENTE VERª. MARIA APARECIDA CERIZE RAMOS / VER. SECRETÁRIO LUIZ BENEDITO DE PAULA

Confere com o original

**LISANDRO JOSE MONTEIRO**

**Presidente da Câmara Municipal**

**RESOLUÇÃO Nº 1219, DE 25/05/2026  
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 1282**

35

**“OUTORGA O TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO PARAISENSE AO PRF JOÃO  
EUSTÁQUIO RAMOS”.**

A Câmara Municipal de São Sebastião do Paraíso, no uso de suas atribuições legais, aprovou e o seu Presidente promulgou a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica outorgado o Título de Cidadão Honorário Paraisense ao PRF “JOÃO EUSTÁQUIO RAMOS”.

Art. 2º A outorga de tal honraria dar-se-á em sessão solene especialmente convocada para este fim.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua promulgação.

São Sebastião do Paraíso/MG, 25 de maio de 2026.

AUTOR: VER. MARCOS ANTONIO VITORINO

VER. PRESIDENTE LISANDRO JOSÉ MONTEIRO / VICE.PRESIDENTE VERª. MARIA APARECIDA CERIZE RAMOS / VER. SECRETÁRIO LUIZ BENEDITO DE PAULA

Confere com o original

**LISANDRO JOSE MONTEIRO**

**Presidente da Câmara Municipal**

**RESOLUÇÃO Nº 1220, DE 25/05/2026**

**PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 1284**

**OUTORGA O TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO PARAISENSE AO SENHOR RICARDO GRILLO CORDEIRO.**

A Câmara Municipal de São Sebastião do Paraíso, no uso de suas atribuições legais, aprovou e o seu Presidente promulgou a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica outorgado o Título de Cidadão Honorário Paraisense ao Senhor Ricardo Grillo Cordeiro.

Art. 2º A outorga de tal honraria dar-se-á em sessão solene especialmente convocada para este fim.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua promulgação.

São Sebastião do Paraíso/MG, 25 de maio de 2026.

AUTOR: VER. RONEY WALDEMAR DE OLIVEIRA VILACA

VER. PRESIDENTE LISANDRO JOSÉ MONTEIRO / VICE.PRESIDENTE VERª. MARIA APARECIDA CERIZE RAMOS / VER. SECRETÁRIO LUIZ BENEDITO DE PAULA

Confere com o original

**LISANDRO JOSE MONTEIRO**

**Presidente da Câmara Municipal**

RESOLUÇÃO Nº 1221, DE 25/05/2026  
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 1285

**“OUTORGA O TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO PARAISENSE AO  
BEL. JOÃO PAULO VITOR MANTUANI”.**

A Câmara Municipal de São Sebastião do Paraíso no uso de suas atribuições legais aprovou e o seu Presidente promulgou a seguinte Resolução:

Art. 1º - Outorga o Título de Cidadão Honorário Paraisense ao **“BEL. JOÃO PAULO VITOR MANTUANI”**.

Art. 2º - A outorga de tal honraria dar-se-á em sessão solene especialmente convocada para este fim.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, entrará esta Resolução em vigor na data de sua promulgação.

São Sebastião do Paraíso/MG, 25 de maio de 2026.

AUTOR: VEREADORA DAIANE JESUS DE OLIVEIRA ANDRADE

VER. PRESIDENTE LISANDRO JOSÉ MONTEIRO / VICE.PRESIDENTE VERª. MARIA APARECIDA CERIZE RAMOS / VER. SECRETÁRIO LUIZ BENEDITO DE PAULA

Confere com o original

**LISANDRO JOSE MONTEIRO**

**Presidente da Câmara Municipal**

RESOLUÇÃO Nº 1222, DE 25/05/2026  
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 1286

**“OUTORGA O TÍTULO DE CIDADÃ HONORÁRIA PARAISENSE A  
SENHORA VERA LÚCIA DE SOUZA NETO”**

A Câmara Municipal de São Sebastião do Paraíso no uso de suas atribuições legais aprovou e o seu Presidente promulgou a seguinte Resolução:

Fica outorgado o Título da Ordem do Mérito Municipal a Senhora **“VERA LÚCIA DE SOUZA NETO”**

A outorga de tal honraria dar-se-á em sessão solene especialmente convocada para este fim.

Art. 3º - Está resolução entrará vigor na data de sua promulgação.

São Sebastião do Paraíso/MG, 25 de maio de 2026.

AUTOR: VEREADOR ANTONIO CESAR PICIRILO

VER. PRESIDENTE LISANDRO JOSÉ MONTEIRO / VICE.PRESIDENTE VERª. MARIA APARECIDA CERIZE RAMOS / VER. SECRETÁRIO LUIZ BENEDITO DE PAULA

Confere com o original

**LISANDRO JOSE MONTEIRO**

**Presidente da Câmara Municipal**

RESOLUÇÃO Nº 1223, DE 25/05/2026  
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 1287

**“OUTORGA O TÍTULO DE CIDADÃ HONORÁRIA PARAISENSE A  
SENHORA KARLA CRISTINA DE SOUZA PEREIRA”**

A Câmara Municipal de São Sebastião do Paraíso no uso de suas atribuições legais aprovou e o seu Presidente promulgou a seguinte Resolução:

Fica outorgado o Título da Ordem do Mérito Municipal a Senhora **“KARLA CRISTINA DE SOUZA PEREIRA”**

A outorga de tal honraria dar-se-á em sessão solene especialmente convocada para este fim.

Art. 3º - Está resolução entrará vigor na data de sua promulgação.

São Sebastião do Paraíso/MG, 25 de maio de 2026.

AUTOR: VEREADOR ANTONIO CESAR PICIRILO

VER. PRESIDENTE LISANDRO JOSÉ MONTEIRO / VICE.PRESIDENTE VER<sup>a</sup>. MARIA APARECIDA CERIZE RAMOS / VER. SECRETÁRIO LUIZ BENEDITO DE PAULA

Confere com o original

**LISANDRO JOSE MONTEIRO**

**Presidente da Câmara Municipal**

## PORTARIAS

### PORTARIA Nº 014/2026

DISPÕE SOBRE O FUNCIONAMENTO DO EXPEDIENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO NO DIA 22 DE MAIO DE 2026.

O Presidente da Câmara Municipal de São Sebastião do Paraíso/MG, Vereador Lisandro José Monteiro, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 33, inciso XIII, da Lei Orgânica Municipal, e no art. 121 do Regimento Interno da Câmara Municipal (Resolução nº 256, de 08 de novembro de 1990),

CONSIDERANDO o falecimento do servidor público municipal André Fernandes de Almeida, integrante da Guarda Civil Municipal;

CONSIDERANDO que o velório ocorrerá nas dependências do Plenário da Câmara Municipal, a fim de possibilitar as devidas homenagens de familiares, amigos e autoridades;

CONSIDERANDO a necessidade de compatibilizar o funcionamento das atividades do Poder Legislativo com a realização das cerimônias fúnebres, preservando-se a continuidade dos serviços essenciais;

RESOLVE:

39

**Art. 1º** O expediente presencial da Câmara Municipal de São Sebastião do Paraíso, no dia 22 de maio de 2026, ocorrerá excepcionalmente no período das 12h às 17h.

Parágrafo único. O disposto no caput deste artigo não prejudicará a prestação dos serviços essenciais do Poder Legislativo Municipal.

**Art. 2º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos em 22 de maio de 2026.

P. R. C.

São Sebastião do Paraíso/MG, 21 de maio de 2026.

**LISANDRO JOSE MONTEIRO**

**Presidente da Câmara Municipal**

### **PORTARIA Nº 015/2026**

**DISPÕE SOBRE A UTILIZAÇÃO EXCEPCIONAL DO PLENÁRIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO PARA REALIZAÇÃO DE VELÓRIOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Presidente da Câmara Municipal de São Sebastião do Paraíso/MG, Vereador Lisandro José Monteiro, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 33, inciso XIII, da Lei Orgânica Municipal, e no art. 121 do Regimento Interno da Câmara Municipal (Resolução nº 256, de 08 de novembro de 1990),

CONSIDERANDO que o plenário da Câmara Municipal constitui espaço institucional destinado prioritariamente à realização das atividades legislativas;

CONSIDERANDO a tradição institucional de prestar homenagens póstumas a autoridades, agentes políticos e personalidades que exerceram relevante papel na vida pública do Município;

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar a utilização excepcional do plenário da Câmara Municipal para realização de cerimônias fúnebres;

CONSIDERANDO a necessidade de preservar a organização administrativa, o patrimônio público e a continuidade das atividades legislativas;

RESOLVE:

**Art. 1º** Fica autorizada, em caráter excepcional, pela Presidência da Câmara Municipal de São Sebastião do Paraíso, a utilização do plenário para realização de velórios, observadas as disposições desta Portaria.

**Art. 2º** A utilização do plenário da Câmara Municipal para realização de velório somente será permitida em caso de falecimento de:

I – vereador no exercício do mandato;

II – ex-vereador do Município;

III – prefeito ou ex-prefeito do Município;

IV – vice-prefeito ou ex-vice-prefeito do Município;

V – pessoa cujo falecimento tenha motivado a decretação de luto oficial pelo Município.

**Art. 3º** A autorização para utilização do plenário dependerá de prévia autorização da Presidência da Câmara Municipal, mediante solicitação da família ou de autoridade municipal.

**Art. 4º** Durante a realização do velório deverão ser preservadas as instalações, o mobiliário e os equipamentos do plenário, sendo vedada qualquer alteração estrutural no espaço.

**Art. 5º** A realização de velório poderá ensejar a suspensão do expediente presencial nas dependências da Câmara Municipal durante o período da cerimônia, mediante ato específico da Presidência.

§ 1º A suspensão de que trata o caput deste artigo ocorrerá em sinal de respeito e para garantir a adequada utilização do espaço institucional.

§ 2º Em caso de suspensão do expediente, a Presidência deverá assegurar a manutenção das atividades essenciais e o cumprimento de prazos legislativos ou regimentais que não possam ser adiados.

**Art. 6º** Os casos omissos serão resolvidos pela Presidência da Câmara Municipal.

**Art. 7º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

P. R. C.

São Sebastião do Paraíso/MG, 25 de maio de 2026.

**LISANDRO JOSE MONTEIRO**

**Presidente da Câmara Municipal**

### ATA DE DISPENSA ELETRÔNICA DE LICITAÇÃO

**OBJETO:** AQUISIÇÃO DE REFIS DE TINTA ORIGINAIS COLORIDAS PARA IMPRESSORAS DA MARCA EPSON, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL.

De acordo com o disposto no artigo 75 e seguintes da Lei 14.133/21 assim como a suas alterações (Decreto nº 12.343, de 2024), a presente Dispensa de Licitação ficou aberta pelo período de 3 dias úteis no site do Portal Nacional de Contratações Públicas, aguardando interessados no fornecimento do produto ou prestação do serviço aqui mencionado. Dessa forma, cabe informar que não houve interessados em apresentar novos orçamentos. Sendo assim, o Agente de Contratações e a Equipe de Apoio analisaram a documentação relativa à Regularidade Fiscal da empresa que ofertou o menor e mais vantajoso valor para esta Câmara: PRC FREIRE PRODUTOS E SERVIÇOS- CNPJ Nº 51.340.170/0001-56. A mesma foi considerada habilitada para a presente contratação.

São Sebastião do Paraíso, 26 de maio de 2026

**ABDU FERREIRA**

**Agente de Contratação**

### TERMO DE AUTORIZAÇÃO

**Dispensa de eletrônica nº 03/2026**

**Processo Administrativo nº 10/2026**

**OBJETO:** AQUISIÇÃO DE REFIS DE TINTA ORIGINAIS COLORIDAS PARA IMPRESSORAS DA MARCA EPSON, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL.

Com base nas informações constantes no Processo Administrativo nº 10/2026, referente à Dispensa Eletrônica nº 03/2025, em cumprimento aos termos do Artigo 72, VIII e seguintes da Lei nº 14.133/21, **AUTORIZO** objeto do Processo acima especificado, tendo em vista que os valores estão condizentes com o praticado no mercado.

Para os fins e efeitos de direito, registre-se o presente, autuando-o e adotando-se as demais providências necessárias.

São Sebastião do Paraíso, 26 de maio de 2026

**LISANDRO JOSÉ MONTEIRO**

**Presidente da Câmara Municipal**

**DECLARAÇÃO DE PUBLICAÇÃO**

Declaramos, para os devidos fins, que o Aviso de Dispensa de Licitação, visando à "Aquisição de refis de tinta originais coloridas para impressoras da marca Epson, destinados ao atendimento das necessidades da Câmara Municipal.", nos termos do art. 109 e seguintes da Lei Orgânica Municipal, será publicado no dia **27/05/2026** no mural e no **Diário Oficial Eletrônico da Câmara Municipal, localizada na avenida Doutor José de Oliveira Brandão Filho, nº 445, Jardim Mediterranée, São Sebastião do Paraíso**, contendo os elementos dispostos na Lei 14.133/21